



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX - Nº 210 - SÁBADO, 18 DE DEZEMBRO DE 2004-BRASILIA-DF

MESA		
<p>Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i></p>	<p>3º Secretário <i>Heráclito Fortes – PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i></p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR		PROCURADORIA PARLAMENTAR
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL)</p> <p>Líder Tião Viana Vice-Líderes Antonio Cartos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa <i>Flávio Arns</i> <i>Ideli Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i></p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Aloizio Mercadante</i></p> <p>Vice-Líder <i>João Capiberibe</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Patrícia Saboya Gomes</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB - 20</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Hélio Costa</i> <i>Sérgio Cabral</i> <i>Luiz Otávio</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Garibaldi Alves Filho</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL - 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i> José Jorge</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 12</p> <p>Líder Arthur Virgílio Vice-Líderes Romero Jucá Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 4</p> <p>Líder Jefferson Péres Vice-Líderes Almeida Lima <i>Alvaro Dias (1)</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder Patrícia Saboya Gomes</p>

(1) licenciado

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Sérgio Castro</i> Diretor da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) - Atualizado em 20. 03. 2003

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 11.008, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 215, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, discriminados na Tabela I do Anexo I da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, passam a vigorar na forma da Tabela constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2004.

Congresso Nacional, 17 de dezembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

A N E X O

TABELA DE SOLDADO VIGENTE A PARTIR DE 1º DE SETEMBRO DE 2004

Posto ou Graduação	Valor (R\$)
1. OFICIAIS GERAIS	
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	4.950,00
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	4.719,00
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	4.512,00
2. OFICIAIS SUPERIORES	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	4.116,00
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	3.951,00
Capitão-de-Corveta e Major	3.777,00
3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão-Tenente e Capitão	2.970,00
4. OFICIAIS SUBALTERNOS	
Primeiro-Tenente	2.772,00
Segundo-Tenente	2.475,00
5. PRAÇAS ESPECIAIS	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	2.310,00
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	447,00
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	363,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	330,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	324,00
Aprendiz-Marinheiro	255,00

6. PRAÇAS GRADUADAS	
Suboficial e Subtenente	2.079,00
Primeiro-Sargento	1.812,00
Segundo-Sargento	1.548,00
Terceiro-Sargento	1.254,00
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	876,00
Cabo (não engajado)	198,00
7. DEMAIS PRAÇAS	
Taifeiro de 1ª Classe	825,00
Taifeiro de 2ª Classe	759,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Pára-Quedista (engajado)	594,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)	495,00
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	168,00

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Defesa da criação de mecanismo para recuperação do valor do salário mínimo. 43972

SENADOR *PAULO PAIM* – Expectativa de que o novo salário mínimo vigore a partir de 1º de janeiro de 2005. Esforços para instituir uma política de recuperação do valor do salário mínimo. Preocupação com o critério a ser adotado para reajustar as aposentadorias e pensões maiores que um salário mínimo.... 43983

SENADOR *ALVARO DIAS* – Importância do debate em torno do salário mínimo. Discordância dos critérios adotados pelo Governo na distribuição dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF..... 43987

1.2.2 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Ildon Marques de Souza, segundo suplente convocado da representação do Estado do Maranhão

1.2.3 – Comunicação

Do Senador Ildon Marques, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. 43992

1.2.4 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Importância da transparência na gestão dos recursos públicos. Possibilidade de desencadeamento de conflitos na reserva indígena Raposa Serra do Sol..... 43993

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Reajuste do salário mínimo para R\$300,00. Considerações a respeito de projeto de lei de sua autoria, apresentado ontem, que propõe a definição de política de reajuste do salário mínimo para os próximos cinco anos. 43994

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Crescimento das importações e exportações brasileiras. Ineficiência dos portos e precariedade das rodovias nacionais... 43996

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Preocupação com a implantação de infra-estrutura no Brasil, especialmente em Tocantins..... 44001

1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Transcrição do artigo intitulado “O santo nome em vão”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 10 do corrente. 44003

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Demonstrações financeiras e relatório social da IRB – Brasil Resseguros S.A., ambos do ano de 2003..... 44005

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Transcurso dos 56 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. 44006

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Situação social do País.

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima segunda-feira, dia 20, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada..... 44011

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 18, apresentadas à Medida Provisória nº 228, de 2004. 44014

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.054 a 2.062, de 2004. 44036

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 2ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de dezembro de 2004

4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim,
Augusto Botelho, César Borges e Sibá Machado.*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por até 20 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje venho à tribuna, para tecer alguns comentários a respeito da nossa política de salário mínimo, tema que empolga V. Ex^a há muito tempo e causa de que tem sido um dos militantes.

Antes de mais nada, quero recordar o final do mês de novembro de 1969, quando recebi o primeiro salário da minha vida. Eu completara 30 dias em meu primeiro emprego, como funcionário de uma pequena loja comercial no centro da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí. Foi muito emocionante viver aquele momento.

Ao voltarmos para casa, minha mãe sempre reunia todos nós e, como gerente-geral das finanças da família, recebia aquele dinheirinho que lhe entregávamos. Ela separava, então, o dinheiro do pagamento das dívidas na mercearia, da prestação da bicicleta, do rádio e do fogão a gás recém-comprado e, depois, devolvia um pouquinho para cada um de nós.

Lembro-me de que fiz a primeira farra com meus colegas naquele dia. Paguei refrigerante para muitos dos meus amigos, pois estava comemorando meu primeiro emprego.

Vivi do salário mínimo até o ano de 1978, quando era empregado de uma empresa de ônibus no Estado de São Paulo; depois passei a ser trabalhador rural. Trabalhei na agricultura de 1979 a 1987 e, a partir disso, atuei na militância sindical.

Fico sempre rememorando o impacto de um debate como esse. Naquela época de período militar,

em que a correção do salário mínimo era anual, como vemos até hoje, mas em que a inflação era da ordem de até 250% ao ano, o ganho real do salário mínimo não ia a debate. Víamos sempre a recuperação inflacionária, e as categorias tinham de se virar por conta própria, para conseguirem o aumento real. Do ano passado para cá, acompanhando no Senado esse debate, temos analisado o impacto financeiro que se pode dar com a recuperação inflacionária mais o aumento real, bem como a capacidade de pagamento de muitos empregadores. Segundo dados mais antigos do Sebrae, cerca de 50% da massa de empregados brasileiros da iniciativa privada sobrevive de empresas de pequeno e médio porte, e cerca de 3,5 mil Prefeituras brasileiras têm como base de cálculo de sua folha de pagamento o salário mínimo.

Mais recentemente, temos debatido uma metodologia nova, para que não precisemos mais conviver com a situação de dar ou não o valor A, B, C ou D. A história do salário mínimo data de 1940, época de Getúlio Vargas. Com tantos anos de história, não posso acreditar que não tenhamos algo de novo para apresentar no que diz respeito à correção do salário mínimo!

Sr. Presidente, vou interromper meu discurso, até porque quero transformá-lo em um debate. Ouvirei atentamente o aparte do Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, eu estava presidindo os trabalhos, mas fiz questão de vir a esta tribuna do plenário para lhe pedir um aparte, para dialogar com V. Ex^a sobre o salário mínimo. Primeiro, quero dizer que, durante o nosso jantar com o Presidente, Sua Excelência usou uma frase que em mim calou, e sei que em V. Ex^a também. Sua Excelência disse que o momento mais difícil do seu Governo foi quando, no ano passado, teve que decidir pelo salário mínimo de R\$260,00. Na ocasião, ouvi de V. Ex^a que foi muito difícil ter de votar a favor desse valor. Para mim, também, doeu muito não acompanhar V. Ex^a e o Presidente e ter de votar contra os R\$260,00. Todos nós saímos magoados daquele processo, com

certeza absoluta. Este ano, felizmente, também sob a coordenação de V. Ex^a – quero aqui render mérito aos Líderes Aloizio Mercadante e Ideli Salvatti e a V. Ex^a, como Relator dessa matéria e como sub-Relator, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização –, estamos avançando bem mais do que no ano passado. O horizonte, neste momento, aponta para um salário mínimo de pelo menos R\$300,00, o que significa um reajuste real em torno de 9%.

Se conseguirmos antecipá-lo, na mesma linha que V. Ex^a, o Líder Aloizio Mercadante, a Líder Ideli Salvatti e eu estamos defendendo, o reajuste real poderá chegar a 12%, porque vamos trabalhar com uma inflação de maio a dezembro e não com uma inflação de maio a maio. Mas faço mais este aparte para cumprimentar V. Ex^a pela coerência desse bom debate. Eu dizia pouco tempo atrás à Senadora Ideli que este ano, por duas vezes, tivemos a oportunidade de falar diretamente com o Presidente sobre esse tema, e tudo aponta que vamos caminhar bem. Então, não há um falso debate que estão querendo criar neste momento entre aqueles que querem R\$290,00 em 1º de janeiro e os que querem R\$300,00 em maio. Esse é um falso debate. Todos nós queremos a mesma coisa. Podemos construir um grande entendimento. Todos sabemos – é só trabalhar com a matemática – que R\$290,00 em janeiro é bem mais do que R\$300,00 em maio. Tanto que o Ministro Berzoini diz que, se o Presidente optar por R\$290,00 em 1º janeiro, ele não seria contra, mas que se saiba que representará mais R\$1 bilhão em gasto. Ora, então significa que alguém vai ganhar mais. E, se o Governo terá que gastar mais R\$1 bilhão e o Presidente mostra essa disposição, é porque quer dar um pouco mais principalmente àqueles que ganham menos, que são os aposentados e pensionistas. Faço o aparte não para advogar pelo salário mínimo, mas para dizer que este ano, felizmente, estamos caminhando de forma muito mais tranquila. Tenho conversado também com os Senadores da Oposição. É claro que eles têm posições um pouco diferentes das nossas, mas isso é natural e é bom que ocorra. É no enfrentamento das idéias que se constrói a melhor proposta. Mas todos já admitem um avanço em relação ao ano passado, quando se falava num reajuste real de 1% e, hoje, estamos falando num reajuste médio de 10%, um pouquinho mais ou um pouquinho menos. Assim, estamos caminhando bem, sem trauma. Isso é bom para o Congresso, é bom para o Governo e, principalmente, para os milhões e milhões de trabalhadores e aposentados que dependem do salário mínimo. Fiz o aparte porque V. Ex^a tem sido um grande articula-

dor, meio no silêncio. Eu diria que V. Ex^a me lembra o Deputado Paulo Rocha, da Câmara, que trabalha no silêncio, vai à tribuna quando tem que ir, mas vai construindo idéias. V. Ex^a está sendo um dos grandes articuladores dessa saída negociada para que o trabalhador que depende do salário mínimo seja beneficiado. Sempre digo que não é só aquele que ganha, porque a repercussão na cadeia envolve quase 100 milhões de pessoas. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço demais o aparte de V. Ex^a, principalmente por ter sido um entusiasta dessa matéria, um incansável lutador. V. Ex^a nunca mediu esforços, desde quando Deputado Federal, por vários mandatos, quando dirigente da Central Única dos Trabalhadores, sua origem militante, e agora está nos dando essa sustentação nessa caminhada por um salário justo e digno para a nossa sociedade. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e o parabenizo por essa militância.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a oportunidade de assumir essa sub-relatoria e gostaria de expor aqui um pouco do que resolvi escrever no meu relatório, Senador Paim.

Partindo desse cálculo, pedi aos consultores que trouxessem em números o que significava esta troca dos R\$300,00 em maio para os R\$290,00 em janeiro. E foi dito o seguinte:

O primeiro grande ganho é de médio prazo, porque estaremos protegendo o trabalhador de uma sobrecarga de inflação. Então, isso se torna ganho real. Mesmo que se tirem os R\$10,00 dos R\$300,00, trazendo para janeiro, temos retirada uma sobrecarga inflacionária.

O segundo é que estaremos já definindo a metodologia de cálculo inflacionário de janeiro a janeiro, não havendo mais uma quebra de contas, quando há a necessidade de se reajustarem os meses que antecedem o mês de maio, ou seja, quatro meses: janeiro, fevereiro, março e abril.

E há um grande ganho político, ao qual quero me ater, e que confirmei ao ouvir um debate, ao vivo, de algumas lideranças de diversos partidos pela Rádio CBN ontem. Pasmem! A minha preocupação já estava posta lá. Ouvi um eminente Deputado Federal, um brilhante Deputado Federal, dizer que se a matéria for tratada em maio estaremos reacendendo as mesmas fogueiras do debate que ocorreu na vez anterior, e que R\$300,00 não seriam suficientes, teria que ser bem mais do que isso.

Fico imaginando que estamos realizando um debate meio inútil, para, ao final concluir: não deu

porque não se quis os R\$300,00. Isso é meio complicado. Fiquei assustado com isso. Acredito que, se o Presidente Lula atentasse para isso, poderia chamar de novo as lideranças do movimento sindical, explicar os fatos, porque o ganho é melhor em número de resultados em médio prazo. O final do ano de 2005 será muito mais protegido se for a partir de janeiro do que se for a partir de maio. E está claro que há um impacto financeiro. Mas, se tirarmos os R\$10,00 de R\$300,00, jogando os R\$290,00 em janeiro, esse volume de impacto acaba sendo compensado também, há uma certa compensação.

É preciso, também, no meu entendimento, uma boa discussão com alguns prefeitos. Nenhuma prefeitura vai quebrar se forem tirados R\$10,00, porque tem também uma certa devolução compensatória.

Esse foi o primeiro fato que me chamou a atenção.

O segundo – e estou defendendo também a antecipação para janeiro dentro do relatório – é de uma metodologia que cito aqui. Tive a oportunidade de conversar sobre esse assunto com V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e o coloquei aqui como uma contribuição ao debate. Para mim seria o seguinte: com o salário mínimo vigente em maio de 2003, comprava-se 1,54 cesta básica, uma cesta e meia. Com o salário vigente em novembro deste ano, R\$260,00, e considerando-se o preço médio da cesta básica – uma média entre a cidade com preço mais alto e a cidade com preço mais baixo –, compra-se, mais ou menos, 1,7 cesta. Portanto, subimos 0,2% em novembro de 2004.

Se fixarmos o salário mínimo em R\$290,00 em janeiro do próximo ano, a capacidade de compra do salário mínimo vai para 1,9 cesta, ou seja, subimos mais 0,2%. Pegando essa metodologia, proponho que mantenhamos a relação cesta básica e não mais se vamos cobrir ou deixar de cobrir apenas a inflação, mas um percentual de ganho real tendo como base a cesta básica. E que seja dado, a cada ano, a partir de 2006, mais 0,2% da cesta sobre o valor de janeiro de 2005, até virarem três cestas básicas, no ano que for possível, até no máximo o ano de 2011.

O que isso quer dizer? Se o cálculo partir da inflação sobre o crescimento do PIB **per capita** – o crescimento tem-se estabelecido entre 1,5% e 2% –, será um ganho real muito pequeno; se trabalharmos sobre o PIB real, será uma conta sobre a qual poderemos pensar melhor. Faço, então, o equilíbrio das duas coisas – e isto coloquei no relatório: tiraríamos a margem de ganho real do PIB **per capita** e colocaríamos o PIB real e, no ano em que esse PIB for muito

grande, o Governo não estaria também obrigado a dá-lo inteiro, a transferir essa margem inteira para dentro do salário mínimo; ele daria sobre o valor de compra da cesta básica. Mas, no ano em que o PIB for mais baixo, manteríamos a metodologia da cesta básica, para proteger o poder de compra. Teríamos, aí, para o trabalhador a segurança de saber quanto será o seu salário mínimo do ano seguinte, e todos nós também saberíamos.

Então, teríamos as duas bases de cálculo. Em anos de vacas gordas, o Governo poderia dar, no mínimo, o ganho real de 0,2% de cestas até completar três cestas básicas. No ano em que as vacas forem magras, ou seja, a economia não crescer tanto, ficar na faixa de 3.5% o PIB, ou até um pouco menos, nesse caso não poderemos engessar o Orçamento do País. Sugiro, então, que a média de cálculo seja feita com base na cesta básica. E se, porventura, tivermos uma situação atípica, como foi o ano de 2003, o Governo manteria, no mínimo, o ganho real de janeiro do ano anterior, ou seja, o trabalhador estaria protegido, porque, na pior das situações, por pior que fosse a situação da economia, o salário mínimo dele jamais seja atingido pela crise do País.

Estou muito aberto à discussão. Esta é uma das idéias, tanto que ela está colocada no relatório como uma sugestão a ser trabalhada.

Entendo que o assunto deva ser tratado com a máxima urgência. O ideal é a antecipação do aumento do salário mínimo para janeiro. Assim, aquela comissão poderá estudar o processo, discutindo, em maio do ano que vem, a metodologia futura, sem preocupação sobre o estabelecimento do valor “a”, “b” ou “c”.

É isso que estou sugerindo basicamente no relatório. Depois de publicado, estará provocado o debate, e reuniremos todas as sugestões que aparecerem na Casa.

Ouçõ com atenção o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, como V. Ex^a provocou o debate, ainda dentro do seu tempo, quero mais uma vez interferir no seu pronunciamento, que faz uma análise técnica, social e política do salário mínimo. Sempre advoguei isso. O salário mínimo tem esses três componentes. É claro que há também o ingrediente político. Sempre digo “a César o que é de César”. Ora, quem construir uma bela proposta para o salário mínimo terá o dividendo político que o povo haverá de dar. Cumprimos a sua iniciativa. Haverá, evidentemente, ajustes no debate da Comissão. Comungo do entendimento de V. Ex^a: o salário mínimo deve ser anunciado – pode vir por

medida provisória, pois há tantas medidas provisórias neste País. Como faltam praticamente dez dias para o término do ano, que venha por medida provisória e entre em vigor a partir de 1º de janeiro, como nós estamos propondo. Digo nós porque é o que V. Exª, eu e outros tantos Senadores propomos. Esta comissão ficaria trabalhando de 1º de janeiro a 1º de maio – estou apenas reforçando o seu discurso –, quando se decidiria se o valor exato do salário mínimo será de R\$301,00, R\$304,00, R\$291,00 ou R\$293,00. Vamos anunciar ao País uma política salarial definitiva. Acabou, não haverá mais esse debate todos os anos, e a população poderá fazer a projeção e conhecer qual será o valor do seu salário em 1º de janeiro de 2006. V. Exª vincula muito bem cesta básica e PIB real, palavra de que gostei, e não o PIB per capita, de que não gostei. Discuti esse tema no passado com o Senador Garibaldi Alves Filho, por quem tenho o maior carinho e o maior respeito, e S. Exª também era simpático à idéia do PIB real. Nas negociações, acabou saindo o PIB per capita, que está sendo reintroduzido por V. Exª. Sei que o Senador Garibaldi é a favor, como a maioria, do debate vinculando cesta básica e PIB real. Sempre digo que, se o PIB está crescendo e está indo muito bem – neste ano, deve ser em torno de 5,3%, e tomara que seja de 10% no ano que vem –, o trabalhador terá garantido um aumento efetivamente real, baseado na riqueza do País. E V. Exª protege ainda o trabalhador: se o PIB cair muito, o reajuste não poderá ser menor do que determinado número de cestas básicas. Cumprimento V. Exª pelo bom debate, em que não se discute um real a mais ou um real a menos, mas a metodologia, apontando caminhos a partir de 1º de janeiro. Parabéns a V. Exª.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, há outro tema que aponto em meu relatório. Obviamente, é uma idéia que já tramita na Casa, já levantada por inúmeros Parlamentares de várias maneiras. Trata-se de incrementar a geração de postos de trabalho com carteira assinada em diversos estabelecimentos que hoje primam por automação – colocar uma máquina no lugar de uma pessoa e assim por diante. Cito o exemplo de supermercados, que usam cada vez mais máquinas em substituição a pessoas. Bancos e tantas outras instituições e empresas optam pelo uso da tecnologia em detrimento do trabalho humano.

Baseado em algumas conversas que tive, existe nesta Casa – não me lembro ao certo de seus autores – a proposta de retirar do empregador o pagamento da

Previdência sobre a folha de pagamento, transferindo isso para o faturamento da empresa; em percentuais, estaríamos desonerando de 20% para até 6% da carga, e essas empresas empregariam mais pessoas – é importante que haja gente e não máquina. E, no final das contas, de acordo com as projeções – podemos estar até errados – e cálculos apresentados, poderá haver um aumento da receita da Previdência. Nos moldes atuais, quase se impõe às empresas a sonegação e o encobrimento de números. Atualmente, muitas empresas têm dificuldades de honrar perfeitamente esta obrigação com o Tesouro Nacional, que são os recursos da Previdência.

Então, neste caso, adoto isso no relatório, porquanto precisamos pensar, também em curto espaço de tempo, no convencimento de ambas as partes – Governo e Congresso Nacional –, para mudar essa metodologia que é muito ingrata, não está respondendo financeiramente à altura e, pior, ainda gera desemprego.

Se os números do Sebrae são verdadeiros – e acredito que são –, 52% da massa de empregados brasileiros estão em pequenas e médias empresas, que não têm condições de colocar máquinas caríssimas, sendo obrigadas a empregar pessoas. Nesse caso, haveria uma sobrecarga de 20% sobre suas folhas de pagamento, com prejuízo substancial ao crescimento e desenvolvimento dessas empresas e até mesmo ao surgimento de novas.

O Sebrae diz ainda que é gritante o número de empresas que se registram num ano e, ao final daquele mesmo ano, já vão à falência. Além de fechar sua empresa, a pessoa perde o capital que iniciou aquele trabalho, perde tudo e ainda fica endividado.

Nesse sentido, gostaria demais que, no Congresso Nacional – não me refiro à disputa política –, pudéssemos nos integrar e irmanar no desejo de contribuir para o País resolver esses dois grandes gargalos. A geração de emprego no Brasil passa, no meu entendimento, por estes dois fatores: o equilíbrio de contas do ganho real do salário mínimo e, principalmente, uma certa proteção ao empregador que hoje prefere uma máquina a uma pessoa.

Era isso que tinha inicialmente para este debate, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância de V. Exª e peço que este pronunciamento seja publicado na íntegra.

Que esta sexta-feira seja maravilhosa, antecedendo nossa semana natalina.

**SEGUE NA ÍNTEGRA DISCURSO DO
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO**

RELATÓRIO SETORIAL

O maior salário mínimo em dez anos

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

1. Foi designado pelo meu partido e pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização nos confiou a tarefa de analisar e avaliar as peças orçamentárias que integram a proposta para a área temática VIII - Trabalho, Previdência e Assistência Social.
2. Estarão sob análise as despesas do **Ministério da Previdência Social**, cujo destaque é o pagamento de aposentadorias e pensões; as despesas do **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, responsável por gastos com segurança alimentar e nutricional, com transferência de renda (bolsa-família) e com assistência social, que abrange o atendimento à criança, ao adolescente, ao portador de deficiência, ao idoso, dentre outros; e as despesas do **Ministério do Trabalho e Emprego**, relacionadas com as políticas de geração de emprego e renda, como qualificação profissional, abono salarial e seguro-desemprego.

Regime Geral de Previdência Social

1. No **Regime Geral de Previdência**, o meu relatório sugere mudanças. Atualmente as contribuições previdenciárias patronais incidem sobre a folha de pagamento das empresas,

funcionando de forma similar a imposto sobre valor agregado parcial (vez que incide somente sobre parte do valor agregado - custo de mão de obra), com a agravante de ter de ser pago, na maioria das vezes, antes que o produto gerado por esta mão-de-obra tenha ocasionado qualquer receita.

2. Nessa situação, se todos os demais custos de tributação forem iguais, a decisão entre a realização de investimentos que impliquem maior ou menor uso de mão-de-obra se dará preferencialmente em favor daqueles que impliquem menor utilização de mão-de-obra, o que vale tanto para a escolha de investimentos em novos empreendimentos quanto para modernização de empreendimentos existentes.
3. Portanto, é urgente a necessidade de alterar a incidência da contribuição previdenciária patronal de tal forma que deixe de ter como base a folha de salários, passando a ser utilizado o valor agregado total, deixando com isso de penalizar as atividades que necessitem de maior mão-de-obra.
4. Para manter o mesmo nível de arrecadação atual, que utiliza uma alíquota de 21% em média sobre a folha de salários, seria necessária uma alíquota bem menor que incidisse sobre o valor agregado, em torno de 8%. Nas empresas onde a mão-de-obra representa a maior parte do custo dos bens/serviços, esta alteração poderá significar redução de até 50% no valor da contribuição paga, o que poderá incentivar investimento nestes setores, gerando mais empregos.
5. Acreditamos que ao longo do tempo esta alteração será mais benéfica ao sistema previdenciário do que qualquer esforço arrecadatório, que terá efeito limitado no tempo.

O SALÁRIO MÍNIMO

1. Sobre a política para o salário mínimo, preliminarmente, queremos destacar a nossa discordância em relação à não-existência de regras claras e permanentes para a revisão do salário-mínimo. Por essa razão, regularmente, durante o período de discussão da lei orçamentária e nos meses que antecedem o reajuste debate-se de forma acalorada, e algumas vezes demagógica, qual o valor do reajuste a ser concedido e o respectivo impacto nas contas públicas.
2. Durante as discussões, algumas questões são sempre levantadas: salário-mínimo igual a US\$ 100,00 (cem dólares), possibilidade do aumento quebrar a Previdência Social e os municípios, desvinculação do salário-mínimo dos benefícios da Previdência, possibilidade de existência de salários-mínimos diferentes por regiões, diminuição constante do poder de compra do salário-mínimo desde a sua criação.
3. Em todos esses momentos, é levantada a necessidade de existência de uma regra perene para o reajuste do salário mínimo. Nesse sentido, na LDO/2005 foi aprovada regra que garante para o ano de 2005, além da reposição da inflação, aumento real mínimo igual a variação real do PIB *per-capita* do ano de 2004. Entretanto, como demonstra a discussão iniciada com a apresentação do projeto de lei do orçamento de 2005, a regra estabelecida pela LDO/2005 não foi suficiente para evitar a repetição das discussões.
4. Diante disso, fica clara a necessidade do estabelecimento de regra perene em legislação específica, que garanta a recomposição do poder de compra do salário-mínimo. Dessa

forma tomando como diretriz dobrar o poder de compra do salário-mínimo no período de 8 (oito) anos, iniciado em maio de 2003 (quando era equivalente a 1,54 vezes o valor médio da cesta básica), e trabalhando com a situação hipotética de crescimento real do PIB de 5% ao ano nesse período, propomos que o reajuste anual do salário- mínimo observe as seguintes regras:

- a) Em 1º de janeiro de 2005, o valor do salário-mínimo corresponderá a 1,9 vezes o valor médio nacional da cesta básica, apurado pelo DIEESE;
- b) A partir de 1º de janeiro de 2006 o valor do salário-mínimo será calculado com base nas
 1. Reposição da inflação ocorrida no período anterior;
 2. Aumento real igual ao crescimento real do Produto Interno Bruto - PIB, no ano anterior;
 3. A aplicação dos percentuais referentes à inflação e ao crescimento real do PIB não poderá resultar em valor inferior ao necessário para manter o poder de compra, em termos de cestas básicas, igual ao vigente em 1º de janeiro do ano anterior; e
 4. A aplicação dos percentuais referentes à inflação e ao crescimento real do PIB não poderá resultar em valor superior ao valor do poder de compra do ano anterior acrescido do valor de 0,2 cestas básicas.

5. Quando o crescimento do PIB verificado no ano anterior for superior a 4,0%, o valor do salário-mínimo corresponderá ao valor necessário para manter o poder de compra (em cestas básicas) do ano anterior acrescido de 0,2 cestas básicas.

6. Ressalte-se que no caso do crescimento real do PIB ser inferior a 3,5% a aplicação das regras, em nome da responsabilidade fiscal, postergará o atingimento da meta de dobrar o poder de compra do salário mínimo até 1º de janeiro de 2011.

5. Outro aspecto importante dessa proposta deve ser enfatizado. A partir do momento em que for definida uma regra permanente de reajuste gradual do salário-mínimo, as discussões sobre disponibilidade de recursos para atender às despesas decorrentes desse aumento cessarão. Nos anos recentes, na ausência dessa regra permanente, o debate sobre o aumento do salário-mínimo começa no âmbito da apreciação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e prossegue quando da discussão da proposta orçamentária, a qual é elaborada tomando-se como referência um valor menor para o salário-mínimo do aquele que será pretendido, e defendido, por diversos parlamentares e partidos políticos.

6. O efeito do conhecimento prévio do valor do salário-mínimo e de seu impacto nas despesas públicas, a partir da aplicação de uma regra permanente de reajuste, será equivalente ao da

definição do superávit primário. Ao elaborar a proposta orçamentária, tanto o superávit primário, quanto o aumento de despesas derivado do reajuste do salário-mínimo, assim como as demais despesas obrigatórios, constituirão condicionantes da alocação de recursos às demais ações e programas.

7. A proposta orçamentária, então, será encaminhada ao Congresso Nacional já ajustada ao impacto na despesa provocado pelo aumento do salário-mínimo e não caberá mais discutir a identificação de recursos para financiar o aumento de despesa, tal como vem ocorrendo. Se for o caso, a discussão deverá ser deslocada para outro fórum, no qual poderão ser propostas eventuais modificações da lei que define regras de reajuste gradual do salário-mínimo.
8. Propomos também que a data base do reajuste passe de 1º de maio para 1º de janeiro.
9. Para viabilizar a política de reajuste de salário-mínimo para os próximos anos, exposta acima, estaremos apresentando projeto de lei com a introdução daqueles critérios.

RECOMENDAÇÕES

Em razão de tudo do que está exposto no relatório, destacamos e sintetizamos as seguintes sugestões e recomendações:

- Ao Relator Geral, sugerimos a viabilização de recursos que garantam em 2005 o reajuste do salário-mínimo para R\$ 300,00 (trezentos reais) e a antecipação da data-base para 1º de janeiro;

- **Ao Poder Executivo:**

- a) destinação de maiores recursos para os serviços de ação continuada de modo a beneficiar as regiões com os menores IDH ou com as maiores taxas de população em situação de pobreza;
- b) formulação de estudos e propostas de incorporação ao programa Bolsa-Família do pagamento da bolsa a crianças e adolescentes carentes vinculada ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- c) formulação de estudos e propostas de modificação da legislação para alteração da incidência da contribuição previdenciária patronal, de tal forma que deixe de ter como base a folha de salários, passando a ser utilizado o valor agregado total, deixando com isso de penalizar as atividades que necessitem de maior mão-de-obra;
- d) formulação de estudos e propostas de fixação de uma regra permanente de reajuste do salário mínimo e alteração da data base do reajuste de 1º de maio para 1º de janeiro;
- e) elaboração de estudos e formulação de propostas de alteração da legislação, como também priorização de sua atuação de forma a ampliar a formalização das relações de trabalho já existentes, possibilitando com isso mais segurança ao trabalhador, bem como atuar no sentido de ampliar o acesso de nossos jovens, em especial aos mais carentes, ao mercado de trabalho, com a conquista do tão sonhado primeiro emprego;

f) atendimento do que dispõe a Lei nº 10.835/04, no que se refere ao início da implantação da renda básica de cidadania.

Senhores Senadores,

Entendo que o meu relatório está sendo coerente com o que o pensa o meu partido e o nosso governo. O PT defende que haja aumento do salário mínimo melhor que o do ano passado. Os movimentos que o governo e o Congresso estão realizando são de viabilizar um salário mínimo de R\$ 300, que será o melhor salário mínimo dos últimos dez anos. Isso reafirma o nosso compromisso com aqueles, como gosta de repetir Dom Mauro Morelli, que não são, não sabem e não têm, enfim, os mais pobres.

Era o que se tinha.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por ordem de inscrição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orado.) – Exmº Sr. Presidente desta sessão, Senador Augusto Botelho, Senador Alvaro Dias, Senador Sibá Machado, Srªs e Srs. Senadores, de fato, nesta sexta-feira de encerramento do ano legislativo, véspera de Natal, não há como deixarmos de dialogar sobre o salário mínimo, até porque existe a possibilidade real de o Presidente da República anunciar, ainda em dezembro, o salário mínimo a partir de 1º de janeiro.

Claro que essa é uma decisão do Presidente. Dentro do Bloco de apoio ao Governo, há duas posições: aqueles que defendem o aumento do salário

mínimo a partir de 1º de maio, e outros que entendem ser possível sua antecipação. Neste caso, estou exatamente na mesma posição, pois participamos de uma reunião com o Presidente da República.

Hoje, o **Jornal do Senado**, Senador Sibá Machado, usa uma matéria que, na verdade, fiz há dias. Não se trata de uma crítica, porque adoro o **Jornal do Senado** e também a TV Senado, mas o pronunciamento que faço hoje baseia-se na discussão que tivemos, da Bancada de Senadores com o Presidente.

Quanto à questão do salário mínimo, gostaria de dizer o seguinte: o Senador Sibá Machado, a Senadora Ideli Salvatti, o Senador Aloizio Mercadante e eu, que tivemos uma conversa *en petit comité* com o presidente, temos a mesma posição. Gostaríamos muito de dialogar – e fomos autorizados a fazê-lo – com as centrais sindicais e com a oposição.

Senador Alvaro Dias, insisto na realização de um amplo diálogo para a construção de um grande entendimento que permita que o reajuste possa ser a partir do dia 1º de janeiro.

O Senador Sibá Machado descreveu muito bem: essa comissão trabalharia um, dois, três, quatro, cinco meses se necessário, para anunciar, aí sim, uma política salarial permanente, que valesse independentemente de quem fosse governo neste País nos próximos cinco, dez, quinze ou vinte anos. Isso significaria a recuperação efetiva do salário mínimo.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a e o Senador Aloizio Mercadante receberam um documento, assinado por dezessete confederações e por quatro centrais sindicais, pedindo que, efetivamente, o reajuste do salário mínimo seja antecipado para 1º de janeiro. De acordo com o relatório de V. Ex^a, o valor do salário mínimo seria de R\$290 a partir dessa data e seria instalada de imediato a comissão. No relatório, V. Ex^a também sugere parâmetros que poderiam ser utilizados para nortear o reajuste do salário mínimo, como o crescimento real do PIB ou a cesta básica. A propósito, o Senador Roberto Saturnino é autor de um projeto que vincula o salário mínimo à produtividade, à massa salarial. Enfim, independentemente de sua origem, oposição ou situação, há mais de cem propostas que tratam do salário mínimo. Essas propostas deverão ser analisadas por essa comissão, que seria composta por deputados, senadores, representantes do Executivo, líderes dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados na com o objetivo de montar um projeto definitivo para a matéria.

Sou daqueles que reconhece o mérito de todos, sejam eles da situação ou da oposição. O bom debate do ano passado foi difícil para muitos, mas contribuiu para que avançássemos, neste ano, para essa proposta de grande entendimento. Digo proposta, porque só se fecha o acordo depois de se haver dialogado com todas as partes.

Concedo um aparte, com alegria, ao Senador Alvaro Dias, que sempre contribuiu muito para esse debate.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, aplaudo o esforço desenvolvido por V. Ex^a, pelo Senador Sibá Machado e por outros senadores da base de sustentação política do governo com o intuito de encontrar uma solução definitiva para o salário mínimo, já que essa novela se desenvolve há muitos anos e, na verdade, há muitos governos. Se nós, da oposição, criticamos o Presidente Lula, especialmente no ano passado, quando da fixação do salário mínimo, o fizemos muito mais em razão da expectativa gerada durante a campanha eleitoral. O grande erro do presidente foi prometer algo impossível, algo que, como já se apresentou nesses dois primeiros anos, não se alcançará. Trata-se de um compromisso que não será honrado: a promessa de dobrar o valor real do salário

mínimo. A população merece respeito em todos os momentos, mas sobretudo durante as campanhas eleitorais, porque as promessas exorbitantes, faraônicas e espetaculosas acabam desgastando ainda mais a classe política. Entendemos que há dificuldades econômicas para se estabelecer um salário mínimo maior – os prefeitos comparecem a Brasília para salientar as dificuldades que terão se o reajuste do salário mínimo for além das possibilidades da administração municipal. Nós, da oposição, entendemos que existem dificuldades, até intransponíveis, no que diz respeito a um reajuste de salário com recuperação do valor de compra na proporção do merecimento do trabalhador brasileiro. Vamos ficar sempre muito aquém daquilo que merece o trabalhador brasileiro em razão das dificuldades econômicas do País. Somos ainda um país em desenvolvimento, emergente, que não se consolidou economicamente a ponto de poder oferecer o ganho real que o trabalhador merece via salário mínimo. Esse esforço de V. Ex^a – e do próprio governo, reconheço – em buscar uma alternativa que possa ser definitiva, estabelecendo uma legislação permanente para que não se discuta mais isso todos os anos, sem dúvida, é o ideal. V. Ex^a e o governo terão a contribuição da oposição para que cheguemos a esse entendimento, ao consenso. É o que desejamos com sinceridade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, agradeço o aparte feito por V. Ex^a com muito equilíbrio, com muita tranqüilidade. Sem sombra de dúvida, eu fui um dos mais tenazes opositores, de forma pontual, à questão do salário mínimo, inclusive no governo anterior. V. Ex^a traz esse debate com a maior tranqüilidade e o faz com muita elegância, como eu fui tenaz, mas com muito respeito sempre aos presidentes que antecederam o Presidente Lula.

Senador Sibá Machado, há, com relação ao salário mínimo, um ponto para o qual eu chamaria a atenção. É sobre a posição dos prefeitos. Estou com essa questão dos prefeitos na garganta. E sabe V. Ex^a por quê? Na última campanha eleitoral, viajei por 152 municípios do meu Estado. O que mais ouvi dos candidatos foi o seguinte: “Não. Não dá pra votar no seu candidato, porque ele votou contra o salário mínimo. E o salário mínimo digno para o trabalhador tem que ser $x + y + y$ ”.

Senador Alvaro Dias, nas próximas eleições municipais, quero que esses prefeitos – estou marcando seus nomes direitinho, tomando nota deles no meu caderninho – botem no seu programa: “O meu compromisso, se eleito, é derrubar o valor do salário mínimo”. É isso o que eles estão fazendo. E não é só agora, não é só neste governo. Isso foi feito ao longo de todos os

governos que passaram – digo isso como integrante da Frente Parlamentar Municipalista.

No entanto, na época da discussão do reajuste do salário mínimo, vêm a Brasília – 200, 300 deles – para atacar o salário mínimo. Para todos nós é vergonhoso ainda o valor do salário mínimo; V.Ex^a, eu, o presidente, enfim, todos, gostaríamos que fosse mais de R\$300,00. Mas onde é que está o obstáculo principal hoje? Não é mais na Previdência – estão aí os ministro Amir Lando e Berzoini dizendo: “Não, R\$300,00 é tranquilo”. São os prefeitos que dizem: “Não, R\$300,00 é muito”.

Pois bem, daqui a três anos e meio, vai haver eleição. Quero que cada candidato a prefeito bote no seu programa: “Eu me comprometo a ser contra o reajuste do salário mínimo”. Se fizer isso, não se elege nem para síndico de prédio. Ele não se elege se colocar em seu programa que vai ser contra qualquer reajuste para o salário mínimo com a justificativa de que a prefeitura que ele vai assumir vai quebrar.

Fica essa provocação positiva para os meus amigos, prefeitos deste País: parem de fazer *lobby* contra o salário mínimo ou que façam *lobby* também em época de eleição. Em época de eleição, duvido que eles digam, em seus programas – claro, estou fazendo uma provocação e V.Ex^a está me entendendo –, que se comprometem a diminuir o salário de todos os seus eleitores, inclusive os da área privada, aposentados e pensionistas. Na verdade, as grandes beneficiadas com o aumento do salário mínimo, quem mais recebe de forma indireta, via contribuição – muito mais do que aquilo que vem desse fundo de ajuda aos municípios –, são as prefeituras menores.

Senador Sibá Machado, ouço o seu aparte.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, ainda bem que esta sexta-feira está gerando um bom debate. V.Ex^a tocou num assunto no qual eu não havia atentado ainda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De tanto ouvir, vão ter de, um dia, explicar para eles. Há algo errado aí.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Ninguém vai para um palanque falar de dificuldades, tem de falar de sucesso, de crescimento, para, depois, se revelar. Da vez passada, não me lembro qual foi o período, estávamos aqui a tratar do assunto – eu estava ainda no papel de sindicalista – e foi-nos apresentada aquela idéia de que o Estado que pudesse, aumentasse.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Idéia do governo anterior e que é realidade no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E queria saber de V. Ex^a quem de fato adotou isso, quem o está aplicando. Não tenho essa informação. Poderíamos

adotar tal prática como a terceira opção da base de cálculo. Teríamos, assim, aquelas duas opções e mais essa terceira, naquele Estado, naquele Município que puder superar as duas outras opções; então, teríamos ainda uma terceira opção. Mas não podemos considerar essa situação pura e nua, porque há Estados e Municípios que não têm a menor chance de oferecer nada além do que é obrigação nacional. Assustou-me ouvir a proposta de que poderíamos tirar o salário mínimo da política nacional para colocá-lo na política de governos locais, tanto nos Estados como nos Municípios. Então, além da preocupação que V. Ex^a está apresentando, ouvi ainda falarem em desnacionalização da política do salário mínimo, o que seria, em meu entendimento, o fim absoluto da classe trabalhadora. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a faz também uma bela provocação.

Senador Alvaro Dias, falo com tranquilidade, porque votei contra o piso regional no Governo anterior e hoje reconheço que foi uma boa iniciativa. Mas por que votei contra? Porque acreditava que ninguém aplicaria o piso regional e viraria uma desculpa para não se aumentar o salário mínimo. Dito e feito. Criado o piso regional, apenas dois Estados efetivamente o estão aplicando: o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro.

Então, para que fique claro para as pessoas que estão assistindo à TV Senado, em meu Estado, um salário mínimo de R\$300,00, R\$310,00 ou R\$320,00 não resolve nada, porque lá o piso regional já é de R\$330,00 – e isso baseado no ano anterior. Em 1º de maio, conforme a praxe, deverá ser dado o mesmo percentual de aumento do salário mínimo. Então, se dermos 15% ou 16% de aumento para o salário mínimo, o piso no Rio Grande do Sul será em torno de R\$400,00. Então, para o meu eleitorado, não há impacto direto; estou preocupado com a realidade do País.

O piso regional é que define o salário mínimo, porque há diversos pisos: piso por categoria, piso vinculado ao Município, piso vinculado aos servidores, como é o caso do Rio Grande do Sul. Portanto, há diversos pisos dentro do piso regional. Se não me engano, no Rio de Janeiro, há cinco ou seis pisos dentro do piso regional, assim como no Rio Grande do Sul. Então, não há problema para o salário mínimo unificado nacionalmente chegar a um patamar decente, que, em nenhuma hipótese, tenho certeza, será menor do que R\$300,00.

Os Senadores Sibá Machado e Aloizio Mercadante, muito corretamente, mostraram ontem, numa exposição para os sindicalistas, que, na verdade, R\$290,00 em janeiro é mais do que R\$300,00 em 1º de maio. É

uma questão de cálculo. Às vezes, alguns não entendem que nem sempre dois mais dois são quatro, depende da aritmética. E estou mostrando que R\$300,00 em maio é menor do que R\$290,00 em 1º de janeiro, como a Bancada fechou acordo. E a Bancada assim agiu pelo bom debate, incentivada pelo Presidente, que gostaria de estabelecer a data de 1º de janeiro. Porém, se não houver entendimento, caminharemos para aquilo que for possível na linha de que a proposta definitiva será, com certeza, aprovada.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a também participou da reunião com o Presidente Lula. Quero dizer-lhe que neste ano estamos caminhando bem. Tive duas oportunidades para falar com o Presidente Lula e terei uma terceira, porque, na segunda-feira, Sua Excelência oferecerá um jantar para Parlamentares e Ministros do Rio Grande do Sul. Nessa ocasião, terei mais uma oportunidade para falar sobre o assunto, porque não há como conversar com o Presidente e não me referir ao salário mínimo. Assim, terei a terceira oportunidade de falar diretamente com Sua Excelência sobre essa questão que nos preocupa a todos neste momento.

Estamos caminhando bem. Talvez o salário mínimo seja votado até por unanimidade, mediante um amplo acordo, ouvindo a Oposição e todo o conjunto do movimento sindical – as centrais sindicais e as confederações.

Para encerrar, abordarei um tema que teremos de aprofundar. Sei que isso não ocorrerá exatamente agora, mas teremos que discutir como ficará a situação dos aposentados e pensionistas. Tenho conversado muito com o líder da Cobap, Sr. João Lima, que está muito preocupado com essa questão. Sei que os Ministros Berzoini e Amir Lando também estão preocupados com o percentual de reajuste que será dado aos aposentados e pensionistas.

Estou me referindo a esse assunto, Senador Sibá Machado, porque com certeza o debate virá. Essa categoria fará uma mobilização, o que é natural, a exemplo do que fizeram recentemente os sindicalistas. Vieram a Brasília três ou quatro mil sindicalistas. Acho que isso foi importante. Ontem estiveram aqui todas as confederações de trabalhadores. Os aposentados estão se mobilizando para, a partir do dia 30 de janeiro, quando haverá um encontro em São Paulo – estarei lá com eles –, fazerem um grande movimento até Brasília para discutirem o seu reajuste salarial. Essas mobilizações são naturais, e é bom que ocorram, porque assim é a democracia. Então, 22 milhões de aposentados e pensionistas estão nessa expectativa. V. Ex^a, também um estudioso da matéria, diria que não são 22 milhões, porque não se discute com os primeiros 12 milhões

que ganham salário mínimo e recebem o percentual estipulado pela lei.

Mas como ficam aqueles que ganham de 1,1 a 7 salários mínimos? Falava-se em 10, mas ninguém ganha mais de 10 salários mínimos neste País. Eles querem saber qual será o percentual. E qual é a preocupação deles? Se não lhes for concedido o mesmo percentual que é dado ao mínimo, a longo prazo – pode ver que tem lógica e é matemático também –, todos eles estarão no patamar de um salário mínimo. Se é dado ao salário mínimo 10 e a eles 5, as contas vão fechar. Eles estão muito preocupados, mas querem dialogar.

Sou portador de uma carta onde eles pedem uma audiência ao Presidente da República para dialogar. E o que é que eu estou vislumbrando como positivo? Estou acreditando muito nessa comissão, porque ela não é idéia de Pedro ou de Paulo; ela seria montada por Deputados e Senadores da Situação e da Oposição proporcionalmente, bem como por líderes dos empresários, dos trabalhadores e dos aposentados. Quem sabe não será ali o fórum em que construiremos uma grande proposta que contemple os trabalhadores e os aposentados. Por isso que o próprio Presidente concorda com ela.

Conversei também com os Presidentes das duas Casas, Senador José Sarney e Deputado João Paulo, e com os Líderes de todos os partidos no Senado. Registre-se que já foram indicados os Senadores que estarão nessa comissão. Pelo Partido dos Trabalhadores, sei que foram indicados estes dois Senadores que estão no plenário. A comissão discutirá o salário mínimo e o salário dos aposentados e pensionistas, por isso o Presidente Lula nos dizia que nessa comissão tem que estar também um representante dos aposentados.

Então, estamos num bom caminho. É preciso definir de imediato o salário mínimo, sem deixar de olhar para o horizonte, para a nossa velhice. Nós, no Senado, trabalhamos muito para aprovarmos rapidamente o Estatuto do Idoso, uma realidade que nos orgulha. O Governo, o Congresso e a sociedade estão contentes com o Estatuto. A única divergência é do setor do empresariado do transporte, um terço que não quer conceder a passagem interestadual. Praticamente todos os outros setores passaram a cumprir o Estatuto. Mas esse é um tema que quero discutir na comissão. E a Cobap entende que é dentro da comissão que encontrará uma saída negociada, um grande entendimento, para que os 22 milhões de aposentados e pensionistas possam continuar dizendo: aposentei-me com sete salários, estou ganhando sete, paguei sobre sete, ou aposentei-me com três salários, paguei sobre três, estou ganhando três.

Essa relação ainda está muito forte entre os aposentados, e temos que encontrar um caminho. Qual a solução? Essa importantíssima comissão formada por Parlamentares, sindicalistas e aposentados. Se a comissão não for instalada – essa é a minha preocupação –, no ano que vem estaremos de novo aqui – eu, os Senadores Alvaro Dias, Sibá Machado, Roberto Saturnino, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá – apresentado novas propostas, mas de forma isolada. O Deputado Tarcisio Zimmermann está com uma bela proposta na Câmara, mas é preciso que essas propostas se encontrem num fórum junto com o governo, para que se possa estipular definitivamente uma proposta para o salário mínimo.

Termino quase por onde comecei: Prefeitos, pelo amor de Deus, não façam *lobby* contra o salário mínimo! Se você, Prefeito da cidade pequena ou da cidade grande que está nos assistindo neste momento, continuar fazendo *lobby* contra o salário mínimo, você estará fazendo *lobby* contra o seu povo, contra as pessoas mais pobres do seu Município. Na verdade, você sabe, candidato ou não a uma reeleição daqui a três anos, se você continuar agindo assim, você terá de falar, nos seus programas de rádio e de televisão, sobre o seu compromisso contra ou a favor da elevação do salário mínimo no nosso País. Então, não continue fazendo isso, fica muito feio.

Digo isso com todo o respeito e carinho que tenho pelos Prefeitos. Faço parte da frente municipalista. Estou disposto, inclusive, se me convidarem, e não só a mim, a fazer esse debate com os Prefeitos sobre a possibilidade de o País sair dessa marca vergonhosa. O nosso salário mínimo é praticamente o pior do continente americano, semelhante ao do Peru. Se a partir de 1º de janeiro dermos esse salto de qualidade, ultrapassaremos uma dezena de países do continente americano. Sairemos do último lugar e, com certeza, estaremos entre os salários mínimos mais equilibrados. Não é o ideal, naturalmente – o ideal seria que chegássemos aos US\$500, mas chegaremos a cerca de US\$130.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Gostaria de registrar, na nossa galeria de honra, a presença do Presidente das Associações Comerciais e Industriais de Roraima, Sr. Derval da Rocha Furtado.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente Augusto Botelho, Senador Paulo Paim, Senador Sibá Machado, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse debate sobre salário mínimo é da maior importância, principalmente em um País como o nosso em organização e em desenvolvimento. Um País em que milhões de trabalhadores dependem do salário mínimo; um País em que cerca de 47 milhões de pessoas sequer o salário mínimo recebem para sobreviver com dignidade.

Então, esse é um debate imprescindível. E louvo a competência em estabelecer essa prioridade da parte do Senador Paulo Paim, que, da Base de sustentação política do Governo, discorda com elegância e procura propor novos rumos em relação a essa matéria.

Esse é um assunto de fundamental importância, sobretudo para os que vivem nas cidades. E retorno, agora, Senador Augusto Botelho, as baterias para o campo de onde vem o nosso sustento e certamente onde está localizado o grande patrimônio da economia brasileira. Aliás, os resultados do crescimento econômico que tenho definido como insuficientes, aquém das nossas possibilidades, são resultantes sobretudo do bom desempenho do agronegócio, há poucos dias combatido de forma infeliz pelo Presidente do Incra, que responsabilizou o agronegócio brasileiro pela violência no campo.

Certamente, foi um escorregão do Presidente do Incra que, provavelmente, já refletiu sobre esta infelicidade verborrágica e recuou. Nós esperamos que, realmente, o Governo possa valorizar o agronegócio na proporção do esforço desenvolvido por ele no País pelos seus artífices no País e, sobretudo, em razão dos resultados concretos que a balança comercial registra, principalmente pelos empregos que são gerados no campo ou pelo campo, pela agroindustrialização e a alimentação que sustenta o desenvolvimento do comércio nas cidades. Enfim, a agricultura tem que ser realmente respeitada e valorizada.

Digo sempre que Governo que não conhece de agricultura não é digno de ser Governo.

Sr. Presidente, venho, hoje, questionar os critérios adotados pelo Governo na distribuição dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Um estudo denominado “Quem produz, o que, no campo, quanto e onde”, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, divulgado, ontem, pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – portanto, não se encontra ainda disponível na imprensa do País –, revela dados cruciais para a formulação de políticas públicas para o setor rural.

Senador Paulo Paim, nós ouvimos essa cantilena há tantos anos: “Não há, no Brasil, uma política agrícola

la definida. Não há planejamento para a agricultura. O agricultor vive não só sujeito às intempéries, mas também à instabilidade econômica. Não há regras definidas e definitivas, que possa ele planejar a sua atividade.” Portanto, não é uma afirmação nova, é uma afirmação antiga. Não é uma afirmação para o atual Governo, é uma afirmação que alcança todos os governos.

As conclusões dos estudos da Fundação Getúlio Vargas, apresentadas ontem pelo Sr. Ernesto de Salvo, Presidente da CNA, deveriam chamar a atenção do Governo agora. É importante que os técnicos qualificados do Governo e que militam na área atentem para os dados apresentados, ontem, pelo Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Os produtores rurais brasileiros, excluídos pelas normas do Pronaf, são responsáveis por 76,4%, ou seja R\$104 bilhões, do total de R\$136 bilhões, do valor bruto da produção agropecuária nacional, gerado em 32%, ou seja, 1,5 milhão, dos 4,8 milhões de estabelecimentos rurais do País.

Portanto, o Pronaf está alcançando uma parcela ainda muito reduzida da agricultura familiar no País. É um programa imprescindível, fundamental para a consolidação da pequena propriedade rural, a propriedade familiar, mas ainda é insuficiente. É preciso que o Governo destine mais recursos e reveja os critérios para a sua distribuição.

Embora a chamada agricultura familiar, enquadrada nos critérios do Pronaf, represente 68% dos estabelecimentos rurais, ou seja, 3,3 milhões estabelecimentos, produz apenas 23,6% ou R\$32 bilhões da receita bruta do total do setor.

Mesmo na horticultura – e sabemos que a horticultura é basicamente da pequena propriedade –, cuja atividade se concentra em pequenas propriedades, esse grupo de produtores sem acesso ao Pronaf responde por 57,8% da produção. E a horticultura é uma atividade fundamental, especialmente ao redor das grandes cidades brasileiras e, sem dúvida, fundamental também até para reduzir o custo da alimentação no País.

A Fundação Getúlio Vargas conclui que o estudo, conduzido com a base dos microdados do censo agropecuário, não apóia a versão de que é majoritária a participação na produção do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, conforme definido pelos programas oficiais do Governo. Ou seja, os programas oficiais do Governo não estão alcançando a maioria das pequenas propriedades rurais do País.

À exceção da região Norte, em todas as demais regiões, a participação dos não-enquadráveis (os não atendidos pelo Pronaf) foi muito superior à dos enqua-

dráveis (atendidos pelo Pronaf) em relação ao valor bruto da produção agropecuária de cada região.

Em termos regionais, a participação dos não-enquadráveis na receita bruta regional era de 67,6% no Sul, 86,4% no Sudeste, 93,2% no Centro-Oeste e 65,8% no Nordeste. No Norte, que representa apenas 5,4% da produção brasileira, os não-enquadráveis participam com parcela relativamente menor: 47,2% do valor bruto total da região. Os não-enquadráveis, ou seja, os **NÃO ATENDIDOS PELO PRONAF**, tiveram participações relativas elevadas em praticamente todos os produtos.

Nas lavouras, em relação ao valor bruto da produção brasileira de cada atividade, os percentuais foram: 95,7% do total de cana, 85,6% de laranja, 80,2% de algodão, 79,3% de café, 77,5% de grãos, e 76,3% de batata.

Estamos verificando que o estudo é completo. Há uma investigação de profundidade em relação à aplicação dos recursos do Pronaf, que pode orientar o Governo na fixação dos necessários e novos critérios que estamos a pleitear nesta tribuna. Até na horticultura os não-enquadráveis tiveram posição destacada de 57,8%.

Creio que o Governo deve inclusive priorizar determinados setores da agricultura. Determinada produção é mais importante para, por exemplo, o barateamento da cesta básica do que outros produtos.

Por isso, esses são critérios que devem ser considerados pelo Governo na fixação das alternativas para a distribuição dos recursos do Pronaf.

Na pecuária, a participação percentual dos não-enquadráveis foi de 90,8% do total de aves, 89,5% de bovinos, 82,8% de ovos, 71,1% de suínos e 65,9% de leite.

A importância dos estabelecimentos enquadráveis deriva do fato de representarem um contingente muito numeroso de 3,3 milhões de estabelecimentos contra 1,5 milhão dos não-enquadráveis.

Em termos do valor bruto da produção nacional, a contribuição dos enquadráveis na agricultura familiar é importante nos seguintes produtos: fumo, mandioca e horticultura. Nos demais produtos é bem menos expressiva.

Os pequenos não-enquadráveis, sem acesso ao Pronaf, de até quatro módulos na pecuária, geram parcela expressiva do valor da produção brasileira com participações relativas de 66,5% do total de aves, 49,3% de suínos e 38,6% de ovos.

Para concluir este tema, o estudo da Fundação Getúlio Vargas quantifica, com base em metodologia

científica, qual é a real parcela da produção agropecuária oriunda do segmento da agricultura familiar, que é atendida pelo Pronaf, e qual é a parte obtida pelos produtores excluídos do programa, que não têm acesso ao crédito com juros favorecidos. Sabemos que o Ministério do Desenvolvimento Agrário divulgou pesquisa com outros dados.

Essa não é uma gincana do Governo, mas o Governo tem a responsabilidade de elaborar políticas públicas. Portanto, que a Pasta do desenvolvimento agrário, com toda a humildade possível, recolha os dados divulgados pela CNA e designe quadros competentes para a sua análise.

Como bem afirmou o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, Ernesto Salvo, os resultados desse estudo poderão auxiliar na elaboração das políticas públicas de incentivo à agricultura que realmente abastece o País – a agricultura que abastece o País é a agricultura familiar.

Este ano, o Pronaf recebeu R\$5,8 bilhões em recursos para investimentos, segundo o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

O estudo da Fundação demonstra que os critérios para a distribuição dos recursos precisam ser revistos principalmente no âmbito do Pronaf.

É este o objetivo deste pronunciamento: dar destaque a esse estudo, a essa investigação criteriosa da Fundação Getúlio Vargas, que é uma instituição do próprio Governo, e destacar os números para que os responsáveis pelo setor no Governo possam discutir principalmente com as entidades representativas do campo, da área patronal e da área de empregados, o que realmente cabe ao Governo fazer, em matéria de critérios, para corrigir distorções e alcançar objetivos mais significativos, aumentando a produtividade da pequena propriedade familiar e, por consequência, a produção rural brasileira.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, ouvi atentamente o pronunciamento de V. Ex^a. Fiquei até preocupado, porque é difícil rebater números, a não ser que haja outros. E li, em matéria publicada pelo jornal **O Globo** de hoje, que a Fipe realizou uma pesquisa, encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujos resultados são bastante diferentes desses. Segundo a matéria, em relação ao crescimento do PIB de 2003, que foi de 0,5%, o setor da agricultura familiar cresceu 9,37%, gerando um impacto no PIB nacional de R\$156,6 bilhões, sendo esse setor o que responde com maior rapidez aos incenti-

vos e o que hoje está preparado para dar um impacto à massa de trabalhadores no campo, da ordem de 13 milhões de pessoas ocupadas. Não tenho o estudo, apenas li a matéria, provocado pelo pronunciamento de V. Ex^a. Penso em estudar as duas fontes, tanto os dados da Fundação Getúlio Vargas quanto os da Fipe, para poder confrontá-los e, quem sabe, até conversar com o Ministro sobre o assunto, porque realmente são bastante discordantes os números que vemos hoje.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente. Fiz referência ao fato, dizendo que não se tratava de uma gincana, porque a Fundação Getúlio Vargas é uma instituição do próprio Governo, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário apresenta dados diferentes. Não vamos transformar isso em uma gincana, mas vamos procurar um entendimento entre os dois órgãos para que se chegue a uma conclusão. Porém, o importante mesmo é a definição de uma política de apoio cada vez mais expressiva à agricultura familiar para que ela possa continuar contribuindo.

Senador Sibá Machado, como integrante do Partido do Governo, o PT, com acesso facilitado ao diálogo com os representantes do Governo no Executivo, V. Ex^a poderá ser porta-voz da agricultura familiar porque sei que é um defensor dela nesta Casa.

Concedo um aparte, com prazer, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento, que trata do agronegócio. V. Ex^a sabe da minha vinculação com os movimentos sociais. Alertado pelos produtores gaúchos, outro dia, na tribuna, eu fazia alguns alertas sobre certos aspectos que me preocupam. V. Ex^a aprofunda o debate como estudioso do assunto. Não sou estudioso da área, mas devo dizer que é boa a reflexão. Estamos preocupados com a questão do alho, do trigo, do arroz e da carne, de que V. Ex^a falou muito bem na tribuna. Tenho uma preocupação específica com a Convenção Quadro e com o que vai resultar dessa discussão. Houve uma grande audiência, no Rio Grande do Sul, com cerca de 20 mil trabalhadores, entre os que nos esperavam nas ruas da cidade e os que estavam no ginásio. Tenho respeito e um grande carinho pelos dois Ministros, tanto o do Desenvolvimento Agrário, o gaúcho Miguel Rossetto, como o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues. No meu entendimento, ambos se completam, cada um na sua área. Para mim, isso é muito importante. A reflexão que V. Ex^a faz, eu e o Senador Sibá Machado, com certeza, levaremos aos dois Ministros, pois entendemos ser uma contribuição

para o debate. De forma equilibrada e tranqüila, V. Ex^a demonstra preocupação, como eu demonstrei recentemente, em relação ao salário mínimo. V. Ex^a endossou que quer ajudar a construir o entendimento também na área do agronegócio, fundamental para o resultado que obtivemos no campo da exportação durante este ano. Cumprimento V. Ex^a, pois dividimos as mesmas preocupações, principalmente em relação à agricultura familiar. Com certeza, estabeleceremos um diálogo com os dois Ministros.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, cumprimento V. Ex^a pela luta que lidera no Rio Grande do Sul, relativamente à convenção que deixaria desempregados milhares de trabalhadores que vivem da produção do fumo. Reuni-me também, no Paraná, por convocação de sindicalistas, na cidade de Irati, com produtores que são o sustentáculo de determinadas regiões. Naquela região, se desaparecer a cultura do fumo, não haverá como se sobreviver. Milhares de trabalhadores estariam desempregados.

É preciso encontrar uma solução e discutir os critérios para a definição de uma política que não elimine oportunidades de trabalho no nosso País, mas esse é um assunto que deve ser debatido com tempo, já que, eu sei, é um assunto polêmico, uma vez que diz respeito também a conseqüências para a saúde da população.

Quero, antes de finalizar, destacar a importância da entrevista de ontem do Presidente desta Casa, Senador José Sarney, sobretudo pela vasta experiência política, pelo preparo, pela competência. O Presidente José Sarney apontou pontos fundamentais para o debate político do próximo ano – a reforma política como o debate essencial. Aliás, a reforma política deveria ser a primeira de todas as reformas. Certamente, as demais teriam sido concluídas com maior agilidade e eficiência, e com resultados mais objetivos se, primeiro, realizássemos a reforma política.

O fracasso de determinadas reformas é conseqüência do modelo político incompetente que mantemos, superado, retrógrado, vencido pelo tempo e pelo dinamismo da nossa sociedade, que exige modelo político compatível com a realidade política do nosso País, daí a importância desse debate.

Concluo que não realizamos reforma política em razão das nossas características. O modelo presidencialista de força faz com que o Presidente da República seja o líder do processo legislativo e, portanto, o líder das propostas de reforma. Os nossos Presidentes delegam ao Congresso Nacional a responsabilidade de promover a reforma política. Com isso, defrontamo-nos

com o corporativismo, e vem a segunda razão dessa apatia em matéria de reformar a política do País. Os interesses partidários e até mesmo pessoais são conflitantes e impedem o consenso a respeito do tema, daí a impossibilidade de se concluir uma reforma política. Ainda agora, estamos presenciando a incoerência de se afirmar a necessidade da reforma política e, ao mesmo tempo, defender-se o fim da verticalização.

Na verdade, a reforma política não pode considerar a não ser como imprescindível a valorização dos Partidos políticos e o respeito à Constituição, que define Partidos nacionais, daí a importância da verticalização no fortalecimento dos Partidos. Pode ser desinteressante para nós, do Paraná, do PSDB, a verticalização, mas se desejamos, com sinceridade, defender a reforma política, teremos dificuldade de propor o fim da verticalização, como se propõe, hoje, nas duas Casas do Congresso Nacional.

A discussão do mandato presidencial de seis anos, da reeleição ou o fim da reeleição, com um mandato mais duradouro, de cinco ou seis anos, são teses que devem ser sustentadas pelo debate político no próximo ano, no bojo de uma reforma política que se deseja.

Também quanto à reforma do Poder Legislativo, eu próprio sou autor de várias propostas que pretendem torná-lo mais enxuto, mais econômico, mais ágil, mais eficiente, mas lamentavelmente, repito, esbarramos sempre no corporativismo, na divergência dos interesses partidários e pessoais, e colocando-nos sempre em dificuldade, sem conseguir concluir o processo e oferecer ao País a reforma que ele exige e da qual dependemos, se desejamos uma Nação mais organizada, mais moderna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Muito obrigado a V. Ex^a.

Encontra-se na Casa o Sr. Ildon Marques de Souza, Segundo Suplente da Senadora Roseana Sarney, da representação do Estado do Maranhão, convocado em virtude de licenças da Titular e do Primeiro Suplente.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do Diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma recebido:



Poder Judiciário

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

SF-220-1

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 6 de outubro de 2002, expede Diploma de

Segundo Suplente de Senador
a
Ildon Marques de Souza

eleito pelo PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, da Coligação "O Maranhão Segue em Frente", por ter obtido 1.314.524 votos preferenciais, do total de 4.065.904 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

São Luís, Maranhão, doze de dezembro do ano de dois mil e dois.

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Sibá Machado e Paulo Paim para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Ildon Marques de Souza é conduzido ao plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso.)

Solicito que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse.

O SR. ILDON MARQUES DE SOUZA (PMDB

– MA) – Prometo guardar a Constituição Federal e as

leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PFL – MA)

– Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Ildon Marques de Souza, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Maranhão, em substituição ao Senador Mauro Fecury, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Nome Parlamentar: ILDON MARQUES

Sala das Sessões, em 17 de dez de 2004.

Ildon Marques

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Sr^{as} e Srs. Senadores, o princípio da transparência tem sido um dos mais festejados princípios da Administração Pública contemporânea. Por todos os cantos do País soam vozes cobrando dos administradores públicos uma postura mais ética e responsável com a gestão dos recursos públicos. Essa tendência há muito se faz sentir, sobretudo no Brasil, em que muitos gastos públicos são marcados por escândalos de corrupção e superfaturamento em obras e serviços.

Transparência na Administração Pública representa, fundamentalmente, mostrar para os administradores ou cidadãos quanto e onde estão sendo aplicados os recursos que ingressam nos cofres públicos.

Foi motivado por essa noção – a de que a Administração Pública deve ser transparente – que resolvei apresentar projeto de lei que, modificando a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), obriga a Administração Pública – de quaisquer Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e outros órgãos da administração indireta – a dar publicidade às etapas do procedimento licitatório, bem como da respectiva contratação e aditivos.

Sr. Presidente, Senador César Borges, não podemos desdenhar do fato de que muitos contratos administrativos são usados para o enriquecimento ilícito de alguns poucos apaniguados. Como é de comum sabença, obras de grande vulto, como as rodoviárias, constituem, muitas delas, em inesgotáveis escoadouros ilícitos de dinheiro público. Os aditivos, previstos como mecanismos legítimos de promoção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, têm, freqüentemente, sua finalidade desvirtuada e acabam convertendo-se em meio de locupletamento por parte de grandes empreiteiras.

Somente uma administração transparente pode evitar que isso ocorra.

A transparência é irmã gêmea da fiscalização. Procedimentos transparentes na administração permitem ao cidadão maior possibilidade de conhecer e combater ilícitos administrativos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o art. 37 da Constituição consigna alguns princípios que informam a Administração Pública, como os da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.

Para o Professor Celso Bandeira de Mello, “o princípio da publicidade consagra o dever administrativo de manter plena transparência em seus comportamentos. Não pode haver em um Estado democrático de direito ocultamento, aos administrados, dos assuntos que a todos interessam, e muito menos em relação aos sujeitos individualmente afetados por alguma medida” (in *Curso de Direito Administrativo*, Malheiros, 9ª ed., 1997, p. 71).

Sr. Presidente, na mesma direção, o Professor Jessé Torres Pereira Júnior ensina que “o princípio da publicidade exige que a Administração anuncie, com antecedência e pelos meios previstos em lei, além de outros que ampliem a divulgação, que realizará a licitação e que todos os atos a ela pertinentes serão acessíveis aos interessados” (in *Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública*, Renovar, 5ª ed., 2002, p. 55).

No caso das licitações públicas e os consequentes instrumentos de contrato, o princípio torna-se mais significativo na medida em que a licitação se faz como procedimento prévio à realização da despesa pública.

Ora, quem fornece os recursos pecuniários para que a Administração Pública realize os objetivos que lhe são afetos são os administrados, isto é, todos quantos pagam tributos, sejam diretos, como o Imposto de Renda, sejam os indiretos, como o ICMS. Nessa conformidade, é necessário que haja maior transparência nos procedimentos administrativos para que o controle social possa ser exercido de modo eficaz e não como mera retórica jurídica.

A Internet está aí com suas possibilidades quase onipresentes, pois a quase todos alcança de modo simples e direto, revelando-se ainda como poderoso instrumento não só de comunicação, mas também, e sobretudo, como meio de divulgação de tudo quanto se queira anunciar. A verdade é que, pela Internet, dar-se-á ampla publicidade às licitações e aos respectivos instrumentos de contrato, como imensos benefícios, tanto para o Poder Público quanto para os licitantes e o público em geral, que paga impostos.

Sr. Presidente, considerando os reais benefícios que o projeto poderá trazer para o efetivo controle social sobre os gastos públicos do nosso País, esperamos contar com o indispensável apoio dos nobres Pares para a transformação desta iniciativa em norma jurídica.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação sobre fatos que vêm ocorrendo em Roraima a respeito da recente invasão de áreas na reserva Raposa Serra do Sol, em que a Igreja se mobilizava para a reconstrução das casas que foram derrubadas tendo

em vista conflitos com os índios. Isso, com certeza, geraria um conflito maior ainda. Mas, graças a Deus, fui comunicado que essa atitude foi repensada e, portanto, não mais haverá essa mobilização para tentar entrar na área.

Quero também registrar que, pela primeira vez no Brasil, um posto da Polícia Federal foi implantado dentro de uma área indígena para evitar que os conflitos se exacerbem, pois a coisa em Roraima está ficando complicada. Mais uma vez reafirmo que se for demarcada a área da maneira como estão querendo as ONGs internacionais, representadas pelo Conselho Indígena de Roraima, haverá conflitos e mortes na região Raposa Serra do Sol. E eu cobrarei responsabilidade dos responsáveis, finalizando, infelizmente, no Presidente Lula, que, tenho certeza, respeitará o direito das pessoas que já vivem e convivem com os indígenas, com os quais já constituíram inclusive famílias na área de Raposa/Serra do Sol, e que são ameaçadas por essas ONGs que manipulam um setor, que é minoria dos indígenas de Roraima.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA.) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a está inscrito na lista de oradores, portanto, pode utilizar a tribuna.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei rápido.

Gostaria de ferir um assunto que já foi tratado neste Plenário e está na ordem do dia do debate político e econômico do País. Refiro-me ao reajuste do salário mínimo.

Apresentamos, esta semana, vários cenários ao Presidente Lula e, num esforço muito grande do Governo e do próprio Congresso, que vai sentir na pele os cortes no Orçamento, não só de custeio mas também de investimentos, o Presidente fixou o novo salário mínimo, previsto para maio do próximo ano, em R\$300,00.

É importante fazermos contas no País para vermos o tamanho do gesto do Presidente Lula com essa decisão. Em 2003, o aumento real do salário mínimo foi de 1,85%; em 2004, foi de 1,2%. Portanto, se so-

marmos os índices do aumento real do salário mínimo dos anos de 2003 e 2004 obteremos um índice de ganho real de 3%, durante esse período, em decorrência da dificuldade econômica – e o Congresso votou aqui essas matérias.

Pois bem, para o próximo ano, o Presidente Lula tendo fixado o valor do novo salário mínimo, o trabalhador terá um ganho real de 9,3%. Isto representa três vezes o que foi dado nos dois últimos anos. É um número, sem dúvida nenhuma, bastante expressivo para a conformação do Orçamento Federal.

O Presidente fixou o novo valor do salário para vigor a partir de maio – é o que nos mostra a praxe, tanto nas contas quanto na história, a fixação nessa data. Portanto, qualquer antecipação abrupta gerará uma demanda de recursos ainda maior. E é importante que se discuta aonde impacta o aumento do salário mínimo, que tem alguns reflexos diretos nas contas públicas da União, junto com a Previdência Social, ou seja, impactando a Previdência Social e o programa de benefício continuado e principalmente as prefeituras do interior, que têm no salário mínimo o piso salarial de remuneração dos servidores. Ora, o ideal é que o salário mínimo seja reajustado em janeiro, até porque a decisão é tomada em dezembro, quando se votam os Orçamentos – tanto o federal quanto os municipais. Quando se toma essa decisão em dezembro, o Governo, as Prefeituras, enfim, o País, ficam expostos, até maio, a uma discussão que, muitas vezes, tem um componente muito mais ideológico ou político do que econômico.

Então, é importante que, no modelo a ser construído, esse reajuste venha para janeiro. Agora, é importante calcular, também, de que forma é possível a economia, os entes públicos acompanharem essa evolução e aceitarem, dentro de suas capacidades de pagamento, essa mobilidade até janeiro.

É por conta disso que ontem apresentei um projeto, no Plenário do Senado – que já tramita na Casa –, que procura definir uma política de reajuste do salário mínimo para os próximos cinco anos.

Essa proposta tem dois aspectos. O primeiro deles traz, ano a ano, a correção da data-base antecipada para janeiro até 2010. Estaríamos, portanto, garantindo, paulatina e harmoniosamente, a consonância com os Orçamentos e fazendo a travessia da mobilidade de maio para janeiro.

O outro componente do meu projeto prevê o reajuste mínimo do salário mínimo, calculado com dois fatores: o primeiro, a inflação; o segundo, o patamar de produtividade ou de crescimento, que seria, no mínimo, uma vez e meia o crescimento da renda do

PIB **per capita**. Isso quer dizer que, da renda nacional **per capita**, construída no ano, o salário mínimo teria como garantia mínima uma vez e meia essa correção, ou seja, um programa também de recuperação ao longo do tempo. São duas questões que apresento para debate.

É claro, acredito no crescimento do País, mas como essa é uma lei para o futuro, tive o cuidado de colocar que, se a taxa de crescimento for negativa, não haverá diminuição do salário mínimo, para evitar que amanhã algum tipo de economista venha dizer: como o crescimento foi -0,2%, vamos diminuir a produtividade em 0,2%, descontando da inflação. Não é esse o caso. Estamos tendo todo o cuidado de criar mecanismos e lançar o debate. Esse não é um projeto acabado, pronto, mas que coloca o tema em discussão.

Agradeço as palavras do Presidente da CUT, que elogiou a iniciativa do projeto e disse que concorda com essa discussão. É uma luta das centrais sindicais discutir uma moldagem, para que haja uma base de discussão, ano a ano, de recuperação do salário mínimo.

Volto a dizer: esse é um projeto que visa ao debate, para que possamos efetivamente construir uma solução para o salário mínimo, a fim de que a vida das pessoas melhore.

Trezentos reais é pouco para quem recebe, mas é um esforço muito grande para as entidades pagadoras. Nesse equilíbrio, quero dizer a todos os Senadores e Senadoras, a todos os segmentos que se interessam e lutam pelo salário mínimo que fomos ao limite. Aliás, diria que o Presidente Lula foi além do que as contas possibilitavam, mas entendo o esforço de Sua Excelência como um atendimento ao compromisso político e social que assumiu, com base em sua história de vida, de buscar a recuperação do salário mínimo.

Eu, como Relator, tenho a obrigação de encontrar fórmulas técnicas para viabilizar uma decisão política que é de grande envergadura, pois afeta a vida de milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, peço a transcrição do meu projeto de lei, a que ontem dei entrada na Casa, e a participação de todos os Senadores e Senadoras no debate dessa matéria extremamente importante para o País.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2004

Dispõe sobre o reajuste anual do salário mínimo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2006, a atualização do valor do salário mínimo ocorrerá, anualmente, mediante aplicação de percentual resultante da adição de dois percentuais assim discriminados:

I – percentual de reajuste;

II – percentual a título de aumento da participação dos assalariados na renda nacional.

§ 1º A data da atualização será 1º de maio, em 2006, sendo antecipada em um mês a cada ano subsequente até se fixar, em definitivo, em 1º de janeiro, a partir de 2010.

§ 2º O percentual de reajuste deverá refletir integralmente a inflação verificada no período de vigência do valor anterior do salário mínimo, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou índice similar que venha a sucedê-lo.

§ 3º O percentual a título de aumento da participação dos assalariados na renda nacional será fixado em patamar igual a 1,5 (uma vez e meia) o percentual do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, no exercício anterior, de acordo com índice calculado anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

§ 4º Caso a taxa de crescimento do PIB *per capita* verificada no exercício anterior seja negativa, o percentual de atualização do salário mínimo, a título de participação dos assalariados na renda nacional será nula.

Art. 2º Para os reajustes do salário mínimo a serem fixados a partir de 2006, o Governo Federal deverá indicar as fontes adicionais de receita, ou promover eventuais compensações no orçamento, de forma a se manterem inalteradas as metas fiscais para os exercícios correspondentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2005.

Justificação

O salário mínimo é reconhecidamente um dos principais instrumentos de redistribuição de renda de que o governo pode lançar mão em uma perspectiva de inclusão social e de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nos últimos anos, face à própria conjuntura econômica – e mesmo política – vivenciada pelo país, a questão do salário mínimo vem se tornando algo em torno do que se estruturou um exacerbado confronto

de idéias. Anualmente, o debate sobre a fixação do salário mínimo reabre discussões infundáveis, a explicitar diferentes visões sobre a questão, contrapondo sobretudo as posições de cunho mais fiscalista – que vêem no aumento do salário mínimo algo nefasto às finanças públicas – a outros enfoques dentro de uma ótica mais social, que preconizam aumentos maiores, mesmo que em detrimento da saúde fiscal do país. De um modo geral, a decisão governamental de fixação do salário mínimo via medida provisória tem suscitado descontentamentos, assim como desgastes políticos importantes.

A adoção de uma sistemática de reajuste de longo prazo, que vise proporcionar aumentos reais num ambiente de responsabilidade fiscal, tal como se propõe aqui, vem, portanto, evitar o embate que ocorre regularmente a cada ano. Outros países já adotam mecanismos similares. Na França, por exemplo, o *Salaire Minimum de Interprofessionnel de Croissance* (SMIC) é definido em função da recuperação das perdas decorrentes da inflação no período e dos ganhos de produtividade, incorporados automaticamente por força de lei.

Do mesmo modo, na sistemática proposta por este projeto de lei, fica desde já, e de forma permanente, delimitado o mecanismo pelo qual o salário mínimo será reajustado, independentemente das vicissitudes econômicas e/ou da conjuntura política. Intentamos, dessa forma, a obtenção de uma vestimenta institucional permanente que evite os desgastes e os impasses tão prejudiciais à nossa vida política e econômica.

Do ponto de vista macroeconômico, o salário mínimo no Brasil tem grande alcance. Cerca de 20% de nossa força de trabalho percebe rendimentos de até um salário mínimo. Isso significa um contingente da ordem de 16 milhões de trabalhadores. Além disso, em face do chamado “efeito farol”, uma grande parcela dos trabalhadores por conta própria com rendimentos acima do salário mínimo, sobretudo nos ramos de prestação de serviços, se mira no valor do salário mínimo. Uma atualização em seu valor vai significar um automático realinhamento nos preços dos serviços e, conseqüentemente, nos ganhos destes segmentos, sabidamente menos protegidos pela legislação trabalhista.

Mas o valor do salário mínimo tem grande influência também nos cofres públicos. De um lado, o sistema previdenciário brasileiro tem algo em torno de 13 milhões de benefícios equivalentes a um salário mínimo pagos mensalmente. De outro, parcela significativa do funcionalismo público, sobretudo aquela associada às prefeituras municipais das áreas mais pobres, percebe o salário mínimo. No que tange especificamente a este último grupo, e, principalmente, em face da ne-

cessidade de adequação daquelas prefeituras ao novo mecanismo, estamos propondo um período transição, a partir de 2006, no qual está previsto o adiantamento em um mês, a cada ano, da data de atualização. Nesse sentido, ter-se-ia, de acordo com a proposição, as seguintes datas-base:

2006: 1º de maio

2007: 1º de abril

2008: 1º de março

2009: 1º de fevereiro

2010: 1º de janeiro

A partir de 2010, a data de atualização se estabelecerá definitivamente em 1º de janeiro, como forma de melhor adequar o valor do salário mínimo ao exercício fiscal e ao orçamento propriamente dito.

No que tange ao índice de reajuste, ou seja, à recuperação das perdas salariais decorrentes da inflação no período de vigência do valor anterior do salário mínimo, optamos pela utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), por trata-se do índice que melhor capta as variações de preços atinentes ao salário mínimo. Isso, porque reflete a variação de preços relativos aos gastos das famílias de mais baixa renda, ou seja, de um a oito salários mínimos; ao contrário, por exemplo, do IPCA, que engloba os gastos de famílias de um a 40 salários mínimos.

Finalmente, é importante acrescentarmos que o referido projeto de lei, em seu art. 3º, prevê cláusula de adequação das atualizações à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), na medida em que estabelece a necessidade de que a atualização do valor do mínimo esteja compatível com a indicação das fontes adicionais de receita ou com a promoção de compensações no orçamento, de forma a se manterem inalteradas as metas fiscais para os exercícios correspondentes.

Conclamamos, assim, os senhores senadores à aprovação deste projeto de lei, que acreditamos seja de grande relevância para o país.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. César Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Romero Jucá, a Mesa vai atender V. Ex^a, na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, que dispõe de até 20 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem crescido continuamente no seu fluxo comercial com o exte-

rior, seja por meio das exportações, seja por meio das importações, tão necessárias como as primeiras.

No terceiro semestre, comparado ao do ano passado, houve crescimento de 18,2% no ritmo de crescimento das exportações e de 17,7% no das importações. Esses valores dizem respeito ao crescimento do valor monetário das trocas comerciais. Embora ainda não-disponibilizado pelo IBGE, nem pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, é possível confirmarmos um número mais ou menos equivalente, no crescimento do volume físico das importações e exportações, no mesmo período. No entanto, acreditamos que cresceram também, de forma bastante acentuada.

O fato de as importações crescerem em um ritmo equivalente ao das exportações, desde que mantido o superávit comercial, é algo muito bom para o País, primeiro, porque significa crescimento no grau de abertura comercial; segundo, porque as importações, em sua maior parte compostas por máquinas e equipamentos, também sinalizam a ampliação da capacidade de produção e o aumento da produtividade.

Claro que precisamos das importações; nenhum país pode prescindir delas. Uma maior importação de máquinas e equipamentos representa a modernização do parque industrial, com o conseqüente aumento da produtividade. E o que o País necessita para seu crescimento sustentado é o aumento da produtividade de sua economia, em especial, de seu parque industrial.

Produtividade é fundamental. Não basta crescer; é preciso aumentar a produtividade, para que o País avance em sua economia. Infelizmente, isso traz preocupação com a infra-estrutura de transportes, que dá causa a um custo extra de logística – algo que outros países concorrentes não enfrentam. Esse gasto adicional aumenta o chamado Custo Brasil e nos tira da concorrência internacional, que, como sabemos, é dura, difícil e intensa.

Não falaremos hoje da situação caótica e insegura das nossas rodovias – assunto que todos conhecem e que vários Senadores tratam da tribuna –, já que, nesta semana, tivemos a oportunidade de debatê-la com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que tem uma boa perspectiva para o futuro: no Orçamento de 2005, serão destinados R\$6 bilhões para recuperar as rodovias. Ouvimos isso desde o início do Governo e não vimos demonstrado na prática, infelizmente.

Não falaremos, portanto, das rodovias, nem dos gargalos físicos que emperram as ferrovias. Abordaremos, neste discurso, somente os portos, talvez o ponto mais crítico nesse fluxo de trocas comerciais com o exterior.

O fluxo de trocas comerciais do Brasil com o exterior se dá por meio dos portos e, um pouco, por meio dos aeroportos e rodovias, para a Argentina e o Mercosul; para o mercado americano, europeu e asiático, basicamente, só ocorre por meio dos portos, por isso é importantíssima a infra-estrutura portuária deste País.

Concedo o aparte ao Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador César Borges, estou atento às colocações oportunas, apropriadas, inteligentes, próprias de um observador arguto das questões nacionais, eminente César Borges. V. Ex^a tem razão, quando afirma que as exportações têm trazido um alento à economia nacional. De fato, a exportação robustece a nossa economia e consegue, efetivamente, distribuir um pouco de renda neste País, ampliando as possibilidades de produção.

Nota-se que, da pauta de exportação, o setor primário tem comparecido com muita firmeza, com muita eficiência, dando uma contribuição inestimável para a ampliação das exportações brasileiras, especialmente os produtos agrícolas puxados pela soja, e agora a carne, que vem trazendo uma satisfação enorme ao Brasil, o qual produz uma carne de primeiríssima qualidade, principalmente carne bovina, com o chamado boi verde, cuja qualidade é extraordinária e que tem alcançado muitos mercados que manifestam interesse por esse produto de qualidade do Brasil. Mas V. Ex^a tem razão: o País já há muito capenga com uma infra-estrutura sucateada. Um País de dimensões continentais que otimizou e privilegiou a modal rodoviária, sabidamente a mais cara. As rodovias federais brasileiras são o maior gargalo dessa infra-estrutura em razão do seu precário estado de conservação. V. Ex^a também tem razão: os portos não estão preparados para suportar esse aumento da demanda de exportação do País. Chamo a atenção – V. Ex^a seguramente irá mencionar o estrangulamento dos portos, principalmente da região Sudeste, onde ele se mostra de forma mais acentuada – para um experimento muito interessante que estamos tendo. Os produtos da região Centro-Norte estão fazendo, agora, uma rota diferente. Ao invés de demandarem principalmente os portos da região Sudeste, começam a se enveredar para a região Centro-Norte, notadamente no Porto de Itaqui, que tem condições físicas extraordinárias. Espero que o Governo, atento às observações de V. Ex^a, dedique atenção especial à remodelagem e reestruturação da infra-estrutura portuária do País, inclusive dotando o Porto de Itaqui de condições para receber os investimentos necessários à ampliação da demanda, que, seguramente, é cres-

cente a cada ano que passa. Cumprimento V. Ex^a pelas informações importante que traz à Casa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Leomar Quintanilha, agradeço a V. Ex^a pelo oportuno aparte. Essa é uma preocupação de todo o País. É claro que ainda exportamos muito pouco e precisamos importar máquinas e equipamentos. Fundamentalmente, precisamos de infra-estrutura para isso e, sem portos, não vamos efetivamente conseguir aumentar o volume de exportações.

Demonstrarei no meu discurso as dificuldades e os custos adicionais que advêm da falta de investimento na infra-estrutura logística portuária no Brasil.

Veja que, se somarmos exportação com importação, possivelmente, a movimentação dos portos cresceu algo em torno de 30% este ano!

Segundo avaliação da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (a Anut), a chamada “demurrage”, que é a espera do navio para atracar, chega a uma média de 22 dias por ano, na época da safra, e de 10 dias por ano na entressafra. E cada dia parado, em 2004, custará em média, US\$50 mil, onerando, sem sombra de dúvida, os custos de nosso fluxo comercial.

Toda essa ineficiência, ainda segundo cálculo da Antac, está custando, neste ano de 2004, cerca de US\$1,2 bilhão em multas para as empresas brasileiras em relação ao atraso no embarque e desembarque de mercadorias nos nossos portos.

Estamos vivendo hoje um desastre previsível. Enquanto o volume transportado no País multiplicou-se por cinco vezes nos últimos 30 anos, os investimentos públicos em infra-estrutura de transporte tomaram sentido inversamente proporcional. Os investimentos, que, nos anos 70, eram de 1,8% do Produto Interno Bruto, agora sequer ultrapassam 0,2% do nosso PIB. Assim, há uma dicotomia. De um lado, cresce o movimento nos portos; e, de outro, diminuem os investimentos nesses portos.

O resultado disso é o estrangulamento. Nos portos brasileiros, somente as exportações agrícolas – tão importantes e que seguraram a economia do País principalmente no ano passado, quando houve um decréscimo de nosso Produto Interno Bruto – necessitarão de 21 milhões de toneladas de capacidade adicional de movimentação de cargas até 2007, segundo cálculo da Associação dos Usuários de Transporte de Cargas.

Não sabemos de onde virá esse dinheiro. O BNDES está disponibilizando R\$376 milhões para participação nas PPPs, as parcerias público-privadas, projeto que deveremos aprovar provavelmente ainda este ano no Senado; depois seguirá para a Câmara dos Deputados. Esses são os investimentos previstos para os

portos por meio das PPPs. Entretanto, estão previstos recursos dez vezes superiores para investimento em rodovias, setor que certamente – reconhecemos – terá a prioridade dos investidores, porque, dos investimentos disponíveis, parece oferecer um retorno bem mais rápido do capital.

O Governo Federal até que está pensando sobre este problema, debruçou-se sobre ele, é verdade. Estabeleceu um grupo de trabalho na Câmara de Políticas de Infra-estrutura que pesquisou entraves removíveis em curto prazo nos onze principais portos do País – responsáveis por 89% das exportações nacionais.

O planejamento resultou em um plano de ação que consumirá R\$142 milhões em 2005 e R\$78 milhões em 2006, além de uma garantia de gastos de R\$62 milhões este ano, o que, entretanto, não ocorreu e, sem sombra de dúvida, é muito pouco para as necessidades de investimento na área portuária no nosso País.

O fato é que o Governo não sabe muito bem como e onde gastar. Tomo como exemplo a situação dos portos do meu Estado, a Bahia, onde há sério risco de colapso por falta de investimentos federais. Sem sombra de dúvida, a questão dos portos no Estado da Bahia, hoje, é um gargalo no desenvolvimento do nosso Estado, que é a sexta maior economia e que vem crescendo em ritmo superiores à média nacional há muitos anos. Este ano, a nossa economia está crescendo em 8,5%, um esforço do Governo do Estado para atrair novos investimentos, principalmente na área industrial, mas também com a grande expansão da fronteira agrícola do oeste da Bahia.

Este ano, mais uma vez, a Bahia deve crescer, repito, mais do que a média nacional, o que é uma necessidade diante da defasagem de desenvolvimento que ainda nos separa dos Estados mais ricos – o *gap* que existe entre as regiões brasileiras, entre o Nordeste e o restante do País. Nas estatísticas divulgadas este ano, a participação relativa do Nordeste no Produto Interno Bruto brasileiro diminuiu. E não podemos aceitar isso. Temos que aumentar para diminuir o *gap* já existente, a diferença entre os Estados do Nordeste, que são, conhecidamente, os mais necessitados e da economia mais frágil, eu diria, mais pobre do País em relação ao do Centro e Sudeste.

Vejam o que está acontecendo com a nossa economia, Sr. Presidente. A indústria de transformação cresceu 9,3%, com destaque para os ramos dos veículos automotivos. Conquistamos o complexo automotivo da Ford, e a Bahia, hoje, é o terceiro Estado produtor de automóveis do País. Isso foi implantado para orgulho nosso durante o nosso Governo, no ano

2001, quando inauguramos o complexo automotivo da Ford no nosso Estado.

Também, houve incremento na metalurgia básica (13%), borracha e plástico (10,7%) e refino de petróleo (14%).

Na área agrícola, por outro lado, o clima ajudou este ano, e a safra de grãos, na Bahia, chegou a 5,2 milhões de toneladas, um acréscimo de 50% sobre o ano de 2003. Somando toda a economia, houve um incremento físico de 21%.

Boa parte desta produção da economia baiana se dirigiu para o mercado externo, na mesma proporção de crescimento. Comparando janeiro a setembro de 2004 com igual período do ano passado, chegamos a 20% de crescimento nas exportações baianas.

Agora, o que aconteceu quando toda essa exuberância chegou aos portos baianos? Houve o estrangulamento previsível da estrutura atual. Tivemos neste segundo semestre, por exemplo, a preparação para o plantio da safra de soja, o que exigiu a importação de fertilizantes para serem misturados lá, no próprio Estado. Essas importações são feitas por meio do porto baiano de Aratu, especializado em grãos sólidos e líquidos, que apóia, inclusive, o Complexo de Camaçari, o maior complexo petroquímico do País. Então, Aratu é um dos portos estratégicos não só para a Bahia, mas também para o Brasil.

A magnitude disso é que a importação de fertilizantes cresceu em 300 mil toneladas sobre o ano anterior, para uma movimentação total de cargas que chegou a 1,5 milhão de toneladas em 2003.

A movimentação desse acréscimo de carga criou um verdadeiro caos. Os navios chegaram a esperar em Aratu 15 dias para aportar, a fim de realizar o descarregamento de fertilizantes.

De acordo com algumas operadoras baianas, esse atraso teve um custo de US\$25 mil/dia para os produtores baianos. A operação foi tão crítica que exigiu fretamento de navios com guindastes e equipamentos emergenciais para operar no próprio porto.

Foi um salto negativo, porque o momento mais crítico de *demurrage* dos últimos anos era uma semana. Agora são quinze dias de espera para que o navio possa fazer operação de carga e descarga.

Aratu é justamente um dos dois portos baianos – ao lado do porto de Salvador – incluídos no grupo dos 11 mais importantes do País, dentro do plano de investimento de emergência do próprio Governo. É também um dos sete portos escolhidos pelo Governo brasileiro para se adequar às novas regras de segurança do comércio marítimo internacional.

O porto de Aratu também foi incluído na relação das prioridades que estão fora do Orçamento para 2005

em documento da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga a que nos referimos. Quer dizer, está incluído como prioritário, mas não lhe são destinados recursos no Orçamento. Entre os portos, foi o único da Região Nordeste citado, porque tem as obras mais urgentes a serem feitas. Elas seriam a “Ampliação da Capacidade de Movimentação do Berço Novo e Reforma da Modernização dos Equipamentos do Berço Principal do Terminal de Granéis Sólidos”. Também foi citada, para este mesmo porto, a “Dragagem do Berço Sul e Construção do Berço Adicional no Lado Norte do Terminal de Granéis Líquidos”.

Isso quer dizer a modernização de equipamentos que hoje fazem o transporte dos grãos sólidos entre o navio e o armazém. Acontece que, estranhamente, o Governo Federal não colocou nem estas nem outras obras importantes para o porto de Aratu na proposta de Orçamento para o próximo ano.

No Orçamento deste ano, que está em vigência, o porto de Aratu tampouco foi beneficiado. Foram liberados recursos apenas para a construção de um complexo administrativo, nada que não possa esperar em vista do agravamento da infra-estrutura finalística desse porto, que é permitir o escoamento de mercadorias. Então, uma obra que poderia efetivamente esperar. Não houve investimento no setor operacional, mas no administrativo.

A Bahia tem outros dois portos estratégicos que precisam também de obras, Salvador e Ilhéus. Salvador, para que esta Casa possa ter a dimensão exata, é o maior porto brasileiro ao norte do Rio de Janeiro na movimentação de contêineres. Também foi o segundo maior porto do Brasil na movimentação de frutas.

O porto de Salvador, portanto, é moderno e se direciona para ampliar seu terminal de contêineres, o que vai permitir, inclusive, a liberação de uma área mais antiga e não mais operacional do porto para ser integrada e ser urbanizada no tecido social da chamada Cidade Baixa, onde há um processo de revitalização iniciado pela atual administração municipal do Prefeito Imbassahy, com sucesso. É muito importante a recuperação dessa área do porto para o contexto da cidade de Salvador.

Essa obra de ampliação do porto de Salvador está inserida no Orçamento para o próximo ano, mas será preciso que este Governo perceba a situação limite a que chegamos e trate de realmente liberar os recursos necessários para a criação de mais dois terminais no porto de Salvador. Inclusive há um pedido da administração do porto de Salvador, da Codeba, de emendas de Parlamentares no valor de R\$30 milhões, para adicionar aos R\$26 milhões alocados pelo Governo Federal para o porto de Salvador durante este ano.

Vejam que a Bahia está cumprindo sua parte. Desde 2003 iniciamos a construção da Avenida Portuária, ao custo de R\$50 milhões, que vai interligar o porto de Salvador com a rodovia BR-324. Essa obra está sendo realizada com recursos do Governo do Estado, em parceria com a prefeitura municipal e financiamento do BNDES, captado ainda no meu período de governo.

O Governo do Estado investe também na construção de um porto direcionado às exportações do setor automotivo, para atender à Ford e para atender a esse setor que queremos e vamos conseguir que se desenvolva cada vez mais em nosso Estado. Esse porto estará provavelmente em operação no início do próximo ano. Nós iniciamos esse complexo portuário novo dentro da baía de Aratu ainda no nosso governo e ele está sendo concluído agora pelo Governador Paulo Souto, que sabe da sua importância. Por isso mesmo, é um entusiasta do desenvolvimento industrial no Estado da Bahia.

Portanto, Sr. Presidente, para finalizar, sei que não é muito exigir do Governo Federal que invista pelo menos o mesmo valor que o Estado tem investido em obras de infra-estrutura nos portos baianos. Hoje, o porto de Aratu funciona apenas com uma carregadeira. Se ela deixar de funcionar por algum motivo, a economia baiana vai sofrer um impacto negativo muito grande, estimado em 15% do seu PIB. É essa conta que não queremos ter de cobrar do atual Governo, Sr. Presidente.

Portanto, agradeço e finalizo dizendo que, mais do que nunca...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador César Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador Paulo Paim, com muita honra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador César Borges, hoje é praticamente a última sessão do ano legislativo e não tive oportunidade de, em público, agradecer a V. Ex^a pelo brilhante relatório que fez sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Está no fim do seu tempo, mas quero deixar registrado que estamos encerrando o ano e a comunidade negra agradece muito a V. Ex^a. Sei que V. Ex^a foi muito pressionado e, em nenhum momento, vacilou. Fez um brilhante relatório. O estatuto está pronto para ser votado, já que a Senadora Roseana Sarney, também do seu Partido, na comissão correspondente, reproduziu na íntegra o projeto que V. Ex^a tinha encaminhado, com as devidas correções. V. Ex^a negociou bastante, para buscar um entendimento. O meu aparte, portanto, não fala sobre a sua querida Bahia, Estado de que gosto muito.

Aliás, o Olodum vai prestar-me uma pequena homenagem pelo nosso trabalho na Comunidade Negra. Estarei lá no dia 30 de janeiro e, com certeza, lembrarei, na sua Bahia, do seu relatório. O Olodum me faz essa homenagem exatamente devido ao Estatuto da Igualdade Racial, de que V. Ex^a foi Relator. Cumprimento-o, mais uma vez. Sem sombra de dúvida, aquele foi um momento difícil, e V. Ex^a assumiu a Relatoria e ofereceu aquele parecer, que foi reproduzido, na íntegra, pela Senadora Roseana Sarney. Parabéns! Muito obrigado, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senador Paulo Paim, e espero poder recepcioná-lo na Bahia no dia 30 de janeiro. V. Ex^a é um Senador muito atuante e respeitado nesta Casa, por suas atitudes firmes, por seus princípios, pela defesa muito clara que faz daquilo em que V. Ex^a acredita: a defesa dos aposentados, do salário mínimo e dos nossos irmãos afrodescendentes, da raça negra, que, na Bahia, constituem maioria absoluta da população.

Todos nós temos muito orgulho dessa participação dos afrodescendentes na constituição do nosso tecido social. Por isso, a minha atitude não poderia ter sido outra quando fui honrado com a Relatoria do Estatuto da Igualdade Racial. V. Ex^a, mais uma vez, merece parabéns por ter tido essa iniciativa. Fiz o que o meu coração, meus princípios e minha mente me ditaram: procurei facilitar a aprovação, de forma completa, desse projeto cheio de méritos. Apenas adaptamos a questão da constituição do Fundo, para que ele fosse constitucionalizado, autorizando o Governo Federal, mas nada criando de forma afirmativa, porque isso escaparia à competência do Senado Federal.

Senador Paulo Paim, sinto-me honrado de ter tido a oportunidade de ser Relator desse Estatuto da Igualdade Racial, que serve a todos os brasileiros, mas especialmente ao povo do meu Estado da Bahia.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Desculpe-me se o interrompo novamente, mas gostaria apenas de ressaltar que o grande nó do Estatuto da Igualdade Racial era o Fundo, e V. Ex^a encontrou, de forma sábia, uma saída que resolveu o impasse, garantindo o Fundo, que era o grande apelo da comunidade negra. Parabéns mais uma vez!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só posso esperar que o Estatuto venha rapidamente ao plenário, para que possamos aprová-lo. Com isso, daremos ao Brasil um Estatuto da Igualdade Racial, algo que, já há muito, o País deveria ter, para fazer uma reparação aos afrodescendentes, aos da raça negra, aos quais este País, infelizmente, ainda deve muito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o eminente Senador César Borges, da Bahia, que me antecedeu nesta tribuna, acabou de tecer considerações, as mais apropriadas, a respeito da infra-estrutura brasileira, enfocando basicamente a situação dos portos brasileiros – alguns deles estão sucateados; outros estão carentes de ampliação, de modernização e de infra-estrutura –, que nos preocupa muito, quando levamos em consideração o crescimento da movimentação comercial brasileira, quer a decorrente das exportações, quer a decorrente das importações. Aliás, o País, que privilegiou a modal rodoviária – sabidamente a modal mais cara conhecida –, enfrenta um quadro difícil, quase caótico também, pois a malha de rodovias federais, que se avizinha da casa de 55 mil quilômetros, apresenta um estado de conservação extremamente precário, dificultando sobremodo e encarecendo ainda mais o transporte de mercadorias neste País.

Os Estados interioranos, como é o caso do que represento nesta Casa, o Tocantins, ressentem-se muito da precariedade dessas estradas e da ausência de alternativas que eliminem a vantagem comparativa que têm os grandes centros comerciais. Naturalmente, se já tivéssemos uma malha rodoviária mais expressiva interligando as mais importantes regiões deste País e se já estivéssemos aproveitando o extraordinário potencial que temos em relação às hidrovias, seguramente estaríamos com o custo Brasil reduzido, seguramente estaríamos melhorando e otimizando o aproveitamento do extraordinário potencial econômico do País, seguramente estaríamos gerando mais riquezas, trazendo mais tranquilidade para a população e para o trabalhador brasileiro, oferecendo-lhes novos postos de trabalho.

Cito o meu Estado, que é de dimensões territoriais relativamente grandes, mas que se apresenta pequeno se comparado com os Estados da Região Norte, principalmente o Pará e o Amazonas, ou com o Mato Grosso, que, apesar de ter experimentado uma divisão territorial, ainda tem uma área de 900 mil quilômetros quadrados – são dimensões verdadeiramente continentais, cujas distâncias, para serem vencidas com produtos e insumos, estão a requerer, de forma prioritária e tempestiva, a estruturação de modais de transporte de custos mais baixos, como é o caso da ferrovia e da hidrovia.

Só no meu Estado, Senador Paulo Paim, que tem 278 mil quilômetros quadrados – quase a extensão territorial do seu Estado, o Rio Grande do Sul –, há a necessidade de construção de mais de duas mil pontes, na sua maioria de pequeno porte, para atender as necessidades da nossa população rural, que, a exemplo do que ocorre no País, está se reduzindo com o processo de urbanização, com o afastamento do homem do campo, atraído pelas luzes, pelo brilho e pelo conforto das cidades. Lá há mais de duas mil pontes para serem construídas. Se tem o Estado do Tocantins a necessidade dessa quantidade de pontes, avalio o que ocorre nos outros Estados, notadamente nos da região centro-norte, onde as obras de infra-estrutura ainda deixam muito a desejar em relação às necessidades apresentadas.

Nota-se uma preocupação do Presidente Lula com a questão da infra-estrutura do País. A medida provisória que trata das PPPs é uma das manifestações nessa direção. Esgotada a capacidade de investimento do Estado, busca-se, de forma inteligente, no setor privado, a parceria necessária, a parceira segura, para que essas obras de infra-estrutura criem a ambientação adequada para o País efetivamente aproveitar as suas condições tão privilegiadas de produzir.

O meu Estado é novo, tem apenas dezesseis anos, e estamos, via agricultura, promovendo uma verdadeira revolução econômica, puxada pela soja, que se traduzirá também numa revolução social naquela região. Estou muito entusiasmado com a possibilidade do biodiesel. Estou seguro de que, por meio da agricultura, vamos estabelecer um processo de desenvolvimento mais acentuado, mais acelerado, no Estado do Tocantins, da mesma forma que nos demais Estados, que podem mergulhar nessa possibilidade de produzir álcool, biodiesel, soja.

Os resultados da agricultura, responsáveis pelos bons números da balança comercial, vêm permitindo às regiões mais remotas, às regiões mais distantes, experimentar um processo de aproveitamento do seu potencial econômico.

A Embrapa deu uma contribuição extraordinária a esse processo, transformando em possibilidade efetiva o aproveitamento dos cerrados, que, até bem pouco tempo, tinham pouquíssima utilidade. Hoje, o cerrado brasileiro produz de tudo. Por essa razão, estamos vendo café – anteriormente produzido apenas em regiões de cultura acentuada, mais altas e mais frescas – da melhor qualidade sendo plantado no cerrado mineiro e no cerrado baiano. Na Bahia, num extraordinário aproveitamento do clima do semi-árido, há produção de uva de excelente qualidade, que também só era produzida em áreas extremamente reservadas.

Estou seguro de que o setor primário é a grande alternativa do País para a solução dos graves problemas sociais que ainda afligem a nossa população.

Seguramente, a infra-estrutura brasileira, carente, tão necessária de ampliação, requer uma atenção maior da nossa parte. A Ferrovia Norte-Sul é importante para a mudança da matriz de transporte do País, mas, efetivamente, o setor ferroviário dificilmente apresenta resultado positivo, de modo a atrair o empresário, que não tem a obrigação de investir onde o retorno é duvidoso. É preciso que o Estado construa as ferrovias, como é feito no resto do mundo. Construída a Ferrovia Norte-Sul, sua administração poderá ser entregue ao setor privado, que tem uma gestão mais eficiente e aproveita melhor os seus custos. Essa seria a oportunidade de mudar a matriz de transporte brasileira e poderia se estender a regiões remotas, mediterrâneas, eliminando a vantagem comparativa dos grandes centros.

Veja, Senador Paulo Paim, o Tocantins está incrustado no coração do Brasil – ali está o centro geodésico do País –, todavia é um Estado novo, de vazio demográfico, com 278 mil km² e apenas 1,3 milhão de habitantes. Os insumos que utilizamos para viver – alimentos, roupas, calçados, remédios, veículos e máquinas – são produzidos nas regiões mais desenvolvidas e chegam ao nosso Estado com um custo acrescido em razão da modal rodoviária que temos. Em contrapartida, poderíamos aproveitar a hidrovia do Tocantins e do Araguaia, como também uma modal ferroviária que interligasse as regiões mais importantes e mais desenvolvidas com aquelas que desejam se integrar a esse cenário nacional de regiões também promissoras, com uma população que possui as mesmas perspectivas dos cidadãos dos centros mais avançados e desenvolvidos.

Portanto, estou preocupado pois acho que a PPP não é o caminho para construção da Ferrovia Norte-Sul. Vou sugerir ao Presidente Lula e ao Ministro Ciro Gomes que busquem outras alternativas, outras fontes de recursos que não seja a PPP. Vamos deixar a PPP para as estradas, que podem ter um retorno mais adequado ou para a gestão do sistema ferroviário e do sistema hidroviário do Brasil.

Ouçó, com prazer, o aparte do Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Acompanho o seu pronunciamento, neste fim de ano legislativo. V. Ex^a me provocou neste aparte, a partir do momento em que aponta caminhos. Tenho uma revista chamada **Caminhos**. Gosto muito de debater idéias, apontar novos rumos, e V. Ex^a fala do potencial da nossa terra, da nossa agricultura, da nossa pecuária. O Tocantins,

que V. Ex^a defende muito bem, como defende todo o povo brasileiro, a exemplo do Rio Grande, tem um potencial enorme nessa área. Tenho me preocupado muito com o agronegócio – inclusive, o debate hoje foi rico nessa área –, que tem tudo a ver com nossas realidades. V. Ex^a não se restringe apenas ao debate da agricultura, da pecuária, do agronegócio, da exportação; V. Ex^a avança discutindo a infra-estrutura. Podemos produzir muito, mas como escoar a produção? V. Ex^a aponta o caminho das ferrovias. E não só das ferrovias, mas quero ater-me a elas. Quando eu era sindicalista, tive a oportunidade, representando a Central Única dos Trabalhadores, de viajar por grande parte da Europa, e constatee a enorme quantidade de ferrovias que existem lá. O nosso País, praticamente um continente pela sua extensão, infelizmente optou somente pelo sistema rodoviário. O sistema ferroviário – está comprovado pela própria história –, além de ser muito mais econômico, polui muito menos e efetivamente pode colaborar e muito para o escoamento da nossa produção. Por isso, sou um fã das idéias que V. Ex^a está defendendo. Cumprimento V. Ex^a pelo brilhantismo do pronunciamento. E V. Ex^a que não trabalha só nessa área. Isso é bom. Se me permite, já que temos um pouco de tempo, falo tanto em salário mínimo que as pessoas pensam que só trato desse tema. Ao contrário, estou louco para que seja definida uma política definitiva para o salário mínimo – que construiremos com V. Ex^a, com o Senador Sibá Machado e com os demais Senadores e Deputados –, para tratar dos outros grandes temas. Teremos uma política decente para que o nosso povo possa ver o seu salário reajustado. O tema que V. Ex^a trata da tribuna vai muito além daquele outro em que V. Ex^a é especialista, que é a questão do idoso. Inclusive, tenho orgulho em ser parceiro de V. Ex^a em alguns encaminhamentos. Não pensem que V. Ex^a está preocupado só com a criança, só com o idoso. V. Ex^a está preocupado com o Tocantins, com o País, com o povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Senador Paulo Paim, V. Ex^a, que tem um papel destacado na luta pelas questões sociais deste País e aborda, envolve-se e envereda-se por todos os temas aqui discutidos, é seguramente um Senador respeitado pela veemência, pela inteligência, pela determinação com que abraça a causa do social brasileiro.

Entendemos que a atividade econômica não é o fim; a atividade fim é o social, é o bem-estar do ser humano, é o cuidado com o ser humano, que todos devemos ter. A atividade econômica é o meio que usamos para oferecer ao ser humano, ao cidadão brasileiro, melhores condições de vida. Por isso, estou seguro de

que as bandeiras defendidas por V. Ex^a são as principais bandeiras deste País.

Tenho um sentimento de admiração e respeito e um querer bem por V. Ex^a, porque comungamos de algumas idéias e as defendemos juntos. Mas há outra razão que quero revelar agora, Senador Paulo Paim. Antes de me envolver na atividade política, eu era bancário. Era gerente de uma agência do Banco do Brasil na região sul do Tocantins, onde havia o cerrado, uma vegetação de pouca utilidade, que as pessoas não sabiam para que servia. Quase não se conseguia extrair nada do cerrado, até que veio a contribuição da Embrapa e experimentamos um fluxo migratório de irmãos de V. Ex^a, naturais do Rio Grande do Sul, Estado que tem tradição no cultivo da terra. E essa não era a tradição da nossa gente tocaninense e da nossa gente goiana. Assim, foram principalmente os gaúchos, irmãos brasileiros e conterrâneos de V. Ex^a, que deram o primeiro passo, pioneiro e corajoso, no Estado do Tocantins para abrir suas fronteiras agrícolas, introduzindo ali, pela primeira vez, o cultivo da soja. Depois, vieram paulistas, mineiros e brasileiros das mais diversas regiões, sobretudo do Nordeste, que estão ocupando hoje os espaços do Tocantins e transformando uma região inóspita e legada ao abandono e ao ostracismo em uma região pujante e extremamente produtiva.

Estou seguro de que, depois da organização do setor primário do Tocantins, implantaremos ali uma agroindústria também vigorosa, que permitirá à valorosa gente tocaninense as mesmas condições de vida que hoje experimentam os habitantes dos Estados mais desenvolvidos do País.

Estamos, aqui, cumprindo o nosso dever, cuidando de contribuir para que o Governo se preocupe com essas questões que possam materializar essa expectativa e esse nosso sonho de ver nosso povo convivendo feliz com a prosperidade, buscando criar mecanismos, quer no Orçamento, quer nas parcerias com a iniciativa privada, que implementem a infraestrutura de nosso Estado e aproveitem o potencial econômico dessa região, que, há bem pouco tempo – tempo não muito remoto –, não era vista, lembrada e efetivamente respeitada.

Sinto-me orgulhoso com o que está ocorrendo no Estado do Tocantins. Há pouco, quando discutíamos aqui a possibilidade da redivisão territorial e a criação do Estado do Planalto, eu dizia que o Estado de Goiás era extremamente generoso porque cedeu uma parte de seu território para o Distrito Federal. E olhem o quão importante foi para o País a interiorização do centro de decisões administrativas! E Goiás, à época, era um

Estado provinciano – sou goiano, mas devo dizer isso –, era um Estado atrasado e extremamente limitado; e, a partir da criação de Brasília, da interiorização do comando do País para o Planalto Central, para o território goiano, Goiás apareceu e começou a organizar sua infra-estrutura e sua economia. E é, hoje, uma das economias mais pujantes do País.

Posteriormente, Goiás cedeu parte do seu território para a criação do Tocantins. Foi bom para o Tocantins, mas foi melhor para Goiás, que efetivamente consolidou-se como um Estado próspero. E o Tocantins está buscando seu caminho.

Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, eram essas as considerações que gostaria de registrar nesta manhã, revelando a preocupação que temos com a implantação da infra-estrutura no nosso Estado e no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Romero Jucá, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Eduardo Azeredo enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto do art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar o artigo intitulado “O santo nome em vão”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 10 de dezembro do corrente.

Em seu artigo o jornalista faz comentários sobre o discurso feito pelo Presidente Lula na reunião de cúpula de criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, em Cuzco, no Peru. Segundo o jornalista, “*A rigor, o presidente muito pouco fez até agora, inclusive na economia, na qual só é louvado pelo que NÃO fez (o caos que o terrorismo financeiro dizia que viria com ele)*”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE SÃO PAULO

10 de dezembro de 2004

O santo nome em vão*CLÓVIS ROSSI*

CUSCO - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está crescentemente enveredando pela perigosa senda do misticismo e colocando Deus onde Deus não deve estar.

O mais recente exemplo foi anteontem à noite, no discurso de encerramento da cúpula dos presidentes da América do Sul. Disse Lula: "Deus quis que eu pudesse viver e ser presidente da República".

Perdão, presidente, mas me atrevo a reescrever sua história de vida -e a seu favor, diga-se. Você não é presidente porque Deus quis, mas pela sua belíssima história de vida.

Dias atrás, Lula já havia apontado Deus como responsável por ter o Congresso votado "coisas que pareciam impossíveis de ser votadas".

Se é Ele quem comanda as votações, para que precisamos de um presidente e de congressistas? Não sai mais barato e melhor deixar que Aquele que tudo pode se incumba de tudo?

Volto à história de vida do presidente. No discurso de Cusco, Lula disse também:

"Se eu tivesse que morrer daqui a cinco minutos, já teria valido a pena ter sido presidente do meu país e já teria valido acreditar na integração como forma de fortalecer os países da América do Sul".

Se o presidente já cansou de governar, eu até entenderia. Mas, se morre feliz quando, só para citar o número trágico mais recente, o Brasil está prenhe de 27 milhões de crianças pobres, então Lula perdeu o contato com a realidade e precisa, sim, da divina piedade.

A rigor, o presidente muito pouco fez até agora, inclusive na economia, na qual só é louvado pelo que NÃO fez (o caos que o terrorismo financeiro dizia que viria com ele).

Se tivesse morrido cinco minutos depois do discurso, Lula seria incensado, sim, como acontece com toda personalidade que morre prematuramente, mas pelo seu passado até chegar a Presidência. De lá para cá, é um livro praticamente em branco -e Deus não tem rigorosamente nada a ver com isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apenhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, gostaria de tecer alguns comentários sobre as demonstrações financeiras e o relatório social da IRB – Brasil Resseguros S.A. Ambos são relativos ao ano de 2003, e creio que seus resultados são dignos de menção neste Plenário.

Preliminarmente, talvez seja apropriado colocar o funcionamento da Empresa em breve perspectiva histórica.

O Instituto de Resseguros do Brasil foi criado em 1939. Até essa data, toda atividade de resseguro – ou seja, toda operação pela qual uma empresa seguradora alivia-se parcialmente do risco de um seguro já feito, contraindo outro seguro em outra companhia – era feita no exterior, fosse de forma direta, fosse por meio de seguradoras estrangeiras que atuavam no Brasil.

A necessidade de favorecer o aumento da capacidade seguradora das companhias brasileiras, para a retenção de maior volume de negócios na economia, tornava urgente a organização de uma entidade nacional que regulasse o cosseguro, o resseguro e a retrocessão.

É nesse contexto que o Instituto de Resseguros do Brasil foi criado. E com o incremento e a sofisticação da economia brasileira, a importância do Instituto foi crescendo juntamente com a expansão da economia nacional.

A partir de 1997, o Instituto de Resseguros do Brasil foi transformado em sociedade por ações, permanecendo como empresa estatal de economia mista, de cujo capital participam, na mesma proporção, a União e as companhias seguradoras nacionais. Na ocasião, foi adotada a denominação de IRB – Brasil Resseguros S.A. – ou IRB –Brasil Re –, como é conhecido nos dias de hoje.

A situação do IRB hoje é bastante sólida, em um mercado que apresenta cifras impressionantes. Basta dizer que o setor de seguros cresceu, em 2003, 24,28%, arrecadando R\$37,4 bilhões, de janeiro a dezembro; isso, Sr. Presidente, sem considerar a receita referente aos negócios da previdência complementar aberta e capitalização.

Inseridos nesse contexto, os prêmios totais de resseguro registraram a cifra de 2,8 bilhões de reais, apresentando crescimento de 17,2% em relação ao ano anterior, o que corresponde a 7,6% do mercado de seguros.

No exercício financeiro de 2003, os investimentos e aplicações financeiras do IRB-Brasil totalizaram R\$3,06 bilhões, o que significa crescimento de 4% em relação ao ano anterior. O fechamento das contas do IRB-Brasil no exercício de 2003 indicam lucro líquido

da ordem de R\$328 milhões, o mesmo valor expressivo de 2002. Seu patrimônio líquido atingiu o valor de R\$1,2 bilhão, com evolução nominal de 11% em relação a 2002.

Esses números, valores e estatísticas, Sr^{as} e Srs. Senadores, se podem parecer algo áridos à primeira vista, por outro lado indicam de forma cabal a boa qualidade da gestão da Empresa, bem como a consistência na administração de valores tão vultosos em um setor fundamental da economia.

Mas um aspecto que me chamou particularmente a atenção, e me motivou – em última análise – a fazer esse pronunciamento, é a feliz junção, pelo IRB-Brasil, entre atividade comercial competente e responsabilidade social.

Em um país como o nosso, que busca atingir o desenvolvimento pleno mas ainda lida com deficiências primárias no campo social, o exemplo que o IRB-Brasil nos dá mediante suas ações sociais é de encher os olhos.

O Brasil Resseguros entende que a responsabilidade social possui dois vetores indispensáveis, que se complementam e se reforçam mutuamente.

O primeiro deles é representado pelas ações sociais internas, quais sejam as que ocorrem no âmbito da própria empresa. Inserem-se nesse grupo iniciativas que vão desde os programas de medicina preventiva até o estímulo ao envolvimento dos funcionários em atividades culturais, passando pela assistência médica, plano previdenciário e, é claro, remuneração adequada do corpo funcional.

O segundo vetor são as ações sociais externas, em que o destaque do IRB-Brasil é considerável. Com o fito de exemplificar, vale lembrar que o Brasil Resseguros firmou bem sucedido convênio com a Associação Beneficente São Martinho, que busca inserir no ambiente profissional jovens de 16 a 18 anos em risco social. Esses adolescentes, que trabalham em regime de meio-expediente, devem estar estudando para fazerem jus à participação no programa, e recebem uma série de auxílios, tais como: uniforme, vale-alimentação e vale-transporte, além de um salário mínimo.

Outra iniciativa que merece nosso destaque é o Projeto Trabalho Eficiente, elaborado em parceria com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), que procura propiciar aos portadores de deficiência auditiva participação na vida profissional. Os deficientes exercem, na Brasil Resseguros, as funções de digitadores, assistentes administrativos, analistas de sistemas e higienizadores, de acordo com as capacidades individuais.

É claro, Sr. Presidente, que os exemplos são muitos, mas não é meu objetivo esgotá-los nesta oportu-

nidade. Meu objetivo neste pronunciamento é tão-só o de louvar a visão gerencial da IRB-Brasil, que se mostra consciente acerca da inevitável interseção entre atividade comercial e ações que assistem a sociedade e os funcionários da empresa. As duas faces não se excluem, mas, bem ao contrário, se complementam, e devem caminhar juntas sempre, quaisquer que sejam as áreas de atuação empresarial.

É por esses motivos que faço minhas homenagens, deste Plenário, à atuação empresarial e social do IRB-Brasil. Espero que seu exemplo sirva de inspiração para muitos outros empreendedores deste País.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, no último dia 10, completou 56 anos um dos mais importantes documentos da História recente da humanidade. Trata-se da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada durante assembléia geral da Organização das Nações Unidas, e que encerrou um dos períodos mais sangrentos da primeira metade do século 20, com duas guerras mundiais.

Em junho de 1993, durante a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada na Áustria, ficou decidido que todos os países do mundo ficavam obrigados a cumprir os direitos e liberdades constantes na Declaração Universal.

Sabemos, no entanto, que ainda é uma utopia para grande parte dos países implementar esse documento.

Em todo o mundo, todos os dias, as guerras, as torturas, a violência, a fome, a discriminação, a exploração de menores, o abandono, os conflitos urbanos e rurais, as lutas ideológicas e religiosas, são usados como motivos para separar, agredir e matar seres humanos.

No Brasil, a situação não é diferente. Embora sejamos signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aqui não se cumprem vários de seus 30 artigos, como por exemplo, o de número 25, que diz:

“Todos têm direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, amparo no desemprego, doença, invalidez, viuvez ou velhice”.

Somente este artigo já é suficiente para mostrar quanto precisamos avançar.

A Carta de 88, também chamada Constituição Cidadã, foi um grande passo na luta pela democracia e se constitui instrumento valioso e indispensável para buscarmos a justiça social e o avanço nos direitos humanos.

Muitos desses direitos, expressos na legislação infraconstitucional, como a Lei Orgânica de Assistência Social e os programas de proteção à criança e ao adolescente, implantados no governo do presidente Fernando Henrique, iniciaram um novo ciclo no Brasil, que nos permitiu olhar o presente e o futuro com mais esperança.

Tiramos milhares de crianças da tragédia diária do trabalho degradante. Conquistamos a cidadania para nossos menores com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Garantimos os direitos aos nossos idosos e portadores de necessidades especiais.

Incluimos praticamente 100% de nossas crianças na escola. Fizemos das campanhas de vacinação um direito de cada pequeno brasileiro e um dever do Estado. Nossas gestantes e nutrízes passaram a ter sua saúde acompanhada mensalmente, assim como seus filhos de zero a quatro anos.

Lutamos para quebrar as patentes dos medicamentos contra o vírus da Aids e implantamos um programa de prevenção e combate à doença que se tornou exemplo mundial.

Essas conquistas não foram de um governo. Elas são a grande conquista do povo brasileiro, apoiado por seus representantes no Congresso Nacional, que, ao longo de décadas, vem enfrentando a privação de seus direitos básicos sem perder a esperança.

É por isso que não podemos aceitar que nesse caminho existam retrocessos.

As palavras do Secretário Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, a respeito das conquistas do Brasil nos últimos 20 anos nessa área, foram de otimismo.

Mas, confesso, que me deixaram preocupada. O otimismo do secretário parece não estar de acordo com as ações do atual governo, principalmente em se tratando desta área tão fundamental para um país onde as injustiças sociais sempre se mostraram tão marcadamente predominantes.

Se temos podido desfrutar de certa tranquilidade na área macroeconômica, o mesmo não se pode dizer da área social. Nesta o próprio governo tem reconhecido os seus desacertos.

De acordo com as declarações do secretário Nilmário Miranda, o Brasil está muito bem do ponto de vista da criação de direitos, precisando agora universalizá-los.

É aí que entram meus questionamentos: ao implantar os programas que fiz questão de citar acima, o Brasil passou da fase de criação para a fase de realização, embora ainda necessitando de aperfeiçoamentos e correções.

Mas, se o governo, que há dois anos vem administrando o País, paralisa programas essenciais para a garantia dos direitos humanos, com certeza a universalização de que fala o Secretário ficará apenas nos discursos de datas comemorativas.

Abandonar programas porque foram iniciados em governos anteriores é retroceder e não avançar naquilo que um dia, o mundo assinou para garantir que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”, como afirma o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Obrigada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já quase se encerrando o ano legislativo, venho hoje a esta tribuna para comentar a real situação social do País, fazer um alerta de que ela não tem nada de tão promissor como o Governo quer fazer crer e cobrar-lhe as responsabilidades que deve assumir no trato da questão.

Quando os números da economia são positivos e otimistas e quando o Governo empolga-se com o resultado da última pesquisa CNI/Ibope, é hora também de olharmos como está vivendo o povo brasileiro e avaliarmos se ele está ou não sendo beneficiado pela atual condução do país.

Os índices da referida pesquisa mostram melhora da percepção sobre o Presidente da República e certa alteração favorável da avaliação de alguns aspectos da ação governamental. É preciso, no entanto, desmistificar logo a euforia!

É preciso que se alerte mais uma vez a opinião pública para o uso que a máquina da propaganda oficial já está fazendo de tais resultados. Novamente, o governo aplica suas conhecidas táticas a fim de confundir e iludir a população.

Para encobrir a ineficiência administrativa de vários setores, o Governo destila veneno e continua atacando a Administração passada! Para fazer crer que realiza façanhas nas políticas econômica e social, doura pílulas e ministra-as à população!

Pelo menos cinco fatos cruciais revelam que tamanha empolgação não tem fundamento na realidade. Primeiro, os índices de crescimento econômico, embora dignos de registro, partem da base do péssimo desempenho de 2003!

Segundo, os resultados da pesquisa estão diretamente e proporcionalmente afetados pelo desempenho da economia – o qual, além do aspecto que mencionei, se deve basicamente à continuidade da política macroeconômica do Governo do PSDB e aliados, ao

dinamismo do empresariado brasileiro e a uma conjuntura internacional de crescimento.

Terceiro, estão relacionados mais à pessoa do Presidente da República que à atuação governamental. Quarto, quase 40% da população continua desaprovando o governo quanto às ações sociais e, mais ainda, ao combate ao desemprego e ao controle da inflação, bem como em relação à segurança pública e às taxas de juros.

Quinto e último, a propaganda maciça e permanente do Governo continua submetendo a opinião pública a intenso assédio. Com isso, vai reforçando preconceitos contra o passado e expectativas e ilusões sobre o presente.

A esperança mesma não se realiza. É, sim, realimentada a toda hora! A exemplo do que o Presidente proclamou de novo, sexta-feira, na reunião do ministério, passados quase dois anos desde sua posse: “A hora do Brasil chegou”!

Sem propaganda, o Governo não terá garantia de bom resultado na próxima pesquisa.

Por esse motivo, na citada reunião do Ministério, a palavra de ordem foi que cada um dos Ministros tratasse de criar logo um novo “slogan” para a sua área, de modo a insuflar o *marketing* oficial.

O próprio Presidente anunciou o mote geral com que pretende dourar a pílula no próximo ano. Segundo ele, “2005 será o ano do desenvolvimento brasileiro”, o ano da “inclusão social com crescimento econômico”. Mas, a julgar pela atual situação social do País, nenhum ano dourado nos espera nem em 2005, nem em 2006.

Não é impossível que até melhorem um pouco os índices de desemprego e de redução da pobreza absoluta. Mas volto a frisar: se isso se confirmar, como todo o Brasil espera, será muito mais por causa do crescimento do PIB que por efeito de políticas voltadas para o desenvolvimento real e para os pobres, os trabalhadores e a classe média.

Como tão bem definiu um dos editoriais do jornal **Folha de S.Paulo**, sábado, “seria um erro subestimar o papel que condições econômicas favoráveis poderão desempenhar para encobrir a imagem de inoperância dos ministérios”.

O meu Partido, o PSDB, e os Partidos da oposição não subestimam esse risco. E por isso é da maior importância contrapormos os fatos da realidade às mágicas da propaganda.

Ainda que alcance pequenas melhoras na ação administrativa –naturais pelo tempo de mandato –, o Governo continuará longe das promessas que fez nas eleições de 2002!

Afinal, a propaganda dizia que seriam criados dez milhões de empregos e que surgiria nova era de justiça social, com redução efetiva das diferenças de renda e condições de vida entre os brasileiros.

No entanto, segundo os últimos índices sobre o PIB, a riqueza nacional concentra-se cada vez mais no Brasil. Quase 70% acumulam-se em apenas cinco Estados do Sudeste e do Sul.

Já outros 19 Estados têm PIB per capita inferior à média nacional – da ordem de 6.900 reais/ano.

Também o salário médio real do brasileiro vem caindo. No ano passado, a participação dos rendimentos dos trabalhadores baixou para 35,6 por cento do PIB contra os 45,1% de 1993.

Num passado de triste memória, quando imperavam o arbítrio e a arrogância eufórica do “ame-o ou deixe-o”, o Presidente militar de então proferiu frase com famoso paradoxo: “a economia vai bem, mas o povo vai mal”.

Infelizmente, as indicações são de que se repete no Brasil a situação social que gerou a malfadada frase!

Mas, ao examinarmos hoje a real condição dos pobres, dos trabalhadores e da classe média no nosso País, a primeira conclusão geral é que o Governo atual não é um governo dos trabalhadores, nem para os trabalhadores, nem pelos trabalhadores! Tampouco é um governo para a classe média!

Essas duas maiores camadas da nossa sociedade, incluindo seus respectivos segmentos, formam a quase totalidade da área da pirâmide social brasileira. Somadas aos setores pobres e carentes, representam cerca de 90% do País. Mesmo assim, a base da pirâmide alarga-se, e a área do vértice se restringe a um contingente progressivamente menor, de pessoas com renda cada vez maior.

A imensa maioria de brasileiros tem sido, na prática, relegada ao segundo plano pelo Governo do Partido dos Trabalhadores.

Exatamente, o partido que lhes pedira os votos em nome da esperança de melhores dias! O partido que hoje conduz, sim, uma política que reduz a renda e o poder aquisitivo da classe média e das camadas pobres da população!

Os exemplos de empobrecimento produzem-se em série e todos os dias. Os preços das despesas inevitáveis das famílias não param de subir!

As passagens dos coletivos encarecem crescentemente.

E mais ainda, por ironia, em cidades administradas pelo PT -como é o caso de Belo Horizonte, capital de meu Estado, onde a elevação do preço das passa-

gens fez multiplicar por oito o índice de inflação entre novembro e outubro.

Já constituem um fenômeno comum em nossas maiores cidades as levas de pessoas que andam a pé, para não consumirem seu pouco dinheiro nos ônibus.

Aumentam, igualmente, as tarifas de energia elétrica e de telefone, os preços dos combustíveis, as mensalidades escolares e dos planos de saúde. Sem falarmos dos juros, cuja elevação contínua virou constante viés de alta.

Para não ficarmos em frias estatísticas que camuflam sob a roupagem da abstração o aperto e a pauperização dos que vivem de salários e parcas rendas, observemos as ruas das nossas capitais.

Aí, eleva-se o número de pessoas que dormem nas calçadas: aqueles desvalidos que a retórica pseudo-romântica do passado petista chamava de “mora-dores de rua”.

Às vezes, são famílias inteiras dormindo nas ruas, com seus filhos pequenos, mal resguardados com roupas e cobertores rotos, e que de dia vão pedir esmolas ou uma moedinha nos sinais de trânsito, em troca da limpeza do pára-brisa do carro ou da insólita exibição de malabarismos.

Os que têm onde morar, nas vilas e favelas, acham-se à mercê da violência de criminosos impunes. Estão obrigados a permanecer retidos à noite em suas casas e barracões. Assistem ao acintoso aliciamento de seus filhos e familiares adolescentes e jovens, ou precisam esconder-se do constante sobressalto das balas perdidas.

Por sua vez, as pessoas da classe média saem às ruas sempre atemorizadas pelo risco constante de assaltos, seqüestros e roubos.

Em outro tipo de desamparo acham-se os habitantes do meio rural. Que partem em êxodo para as periferias das capitais e grandes cidades, ou se aglomeram mesmo em cidades pequenas do interior.

Conforme mostrou o resultado da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, são bem menores na maioria das cidades interioranas as oportunidades de trabalho e de algum salário.

Com isso, os pobres tornam-se carentes e estes, miseráveis. De modo geral, em desvantagem quanto aos níveis de escolaridade e de desenvolvimento humano, eles não podem contar com a alternativa dos assentamentos da reforma agrária. Paralisada pela inação e ineficácia governamentais, em vez de assentamentos campeia a violência das invasões que desrespeitam as leis e, nos últimos tempos, freqüentemente tem produzido tragédias.

Apesar de hoje existir um ministério exclusivo para as cidades, não se vê nenhum plano ou ação efetiva que dote os centros urbanos de estrutura e de alternativas de trabalho e ocupação capazes de promover a absorção social e econômica dos desgarrados rurais.

O governo não faz nada que se assemelhe, por exemplo, ao programa das cidades-diques, criadas com o apoio do BID em Minas Gerais pelo governo de Francelino Pereira. Nem incentiva a descentralização do desenvolvimento, como, também por exemplo, pude realizar no meu Estado por meio da interiorização do crescimento industrial e da lei de redistribuição do ICMS aos municípios que investem mais em educação, saúde, saneamento etc.

E o que dizer da situação da classe média urbana?! Além do aumento sucessivo dos preços e tarifas dos serviços públicos, ela vem padecendo o aumento direto e indireto dos preços dos combustíveis.

Os aumentos acumularam-se em curto período porque o governo, espertamente, preferiu adiar os reajustes para o pós-eleição, embora o preço do barril de petróleo estivesse subindo às alturas.

Agora, o preço internacional do petróleo despencou, mas o combustível brasileiro está bem mais caro, e o Governo do PT, que dirige a Petrobrás, não revê os preços.

O represamento eleitoral do valor da gasolina, diesel e álcool fez a inflação medida pelo IPCA aumentar para 0,69% em novembro contra 0,44% em outubro. Isso contribuiu para elevar a inflação dos últimos doze meses para 7,24% e para 6,68%, só este ano.

A classe média é onerada ainda pela cobrança da CIDE, cada vez que compra gasolina ou álcool. Mas não pode contar com os benefícios de estradas decentes e seguras.

Especialistas em tributação calculam que o contribuinte médio brasileiro trabalha 138 dias do ano apenas para pagar impostos e outros 102 dias para custear despesas de serviços que deveriam ser providos pelo Poder Público.

A Receita Federal anunciou que em 2003 houve uma pequena queda da carga tributária em relação ao PIB. Mas quanto a 2004, não há previsão de queda. Ao contrário, as mudanças na Cofins e no PIS podem causar novo aumento e recorde da carga este ano!

O Brasil permanece, pois, com a mais alta carga tributária da América Latina! Segundo reportagem de capa da revista Veja, de 28 de julho, até mesmo uma família de classe média em condição privilegiada, com renda mensal de R\$5 mil, gasta mais de R\$3.200 mil

(mais de 65%) com tributos e contribuições diretas, impostos embutidos em serviços e alimentação, e com despesas com educação, saúde e segurança.

Ou seja, gasta muito em impostos que não dão retorno ao contribuinte.

E no pagamento de despesas com escolas e faculdades muitas vezes de qualidade duvidosa; e com planos de saúde que reduzem a cobertura de despesas e aumentam o custo da mensalidade.

Ainda de acordo com a reportagem, na Alemanha e Canadá as cargas tributárias eram no período estudado respectivamente de 37 e 36,4% do PIB, seguidas do Brasil com 35,2%. Mas aqueles países custeiam integralmente as despesas com educação, saúde e segurança de seus cidadãos.

A classe média tem sustentado as metas do superávit primário, pagando excessiva carga tributária também para compensar os gastos do Governo consigo próprio. Estes, contudo, não cessam de crescer, conforme se verificou pelo Siaf na execução orçamentária registrada até 1º de dezembro último.

Estudo do economista Waldir Quadros, da Unicamp, apurou que 2,5 milhões de pessoas, que ganhavam acima de R\$1 mil por mês, foram alijadas no ano passado dos setores médios de renda. Por outro lado, mostrou ainda que os índices de queda no desemprego não são acompanhados de aumento proporcional de renda.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a deterioração das condições sociais do País, os trabalhadores e os segmentos da população pobre não enxergam no horizonte social as oportunidades para melhorar a vida para si e seus filhos.

Já os segmentos baixo e médio da classe média definham e reduzem seus níveis de aspiração, estreitam as perspectivas de futuro e suas realizações no presente. Roupas e sapatos novos, restaurante, entretenimento e férias vão escasseando. Multiplicam-se, por exemplo, nos muros e paredes das nossas cidades as pichações que extravasam as frustrações de jovens de setores empobrecidos da classe média, sem certeza do destino.

Naturalmente, a situação social brasileira não decorre apenas de problemas do presente. Muitos dos problemas acumularam-se no País, em consequência de décadas de crescimento medíocre desde os anos 80.

Mas a um Governo não cabe justificar-se pelas dificuldades que encontra, e, sim, pela coragem, deter-

minação e perseverança em responder diuturnamente aos desafios impostos pela realidade.

O atual Governo foi eleito pela onda de esperança por dias melhores. Onda soprada pelas críticas implacáveis que os oposicionistas de então – hoje governantes – moviam contra o PSDB e os nossos aliados.

Em vista do que propagava o *marketing* eleitoral da ocasião, esperava-se que a esperança vencesse o medo e os vitoriosos de 2002 justificassem a confiança que receberam na época da maioria dos brasileiros.

Entretanto, o que se verifica é que o medo tem imobilizado o Governo e colocado a perder a esperança de muitos!

Medo esse que parece resultar da incompetência ou – para sermos menos cáusticos – do despreparo dos atuais governantes na gestão da máquina administrativa.

Ao desconhecer o funcionamento da Administração Federal, o Governo teme a perder o controle da situação. E ao temê-lo opta pela inação como modo de governar, deixando as coisas como estão para ver como ficam.

Ora, limitar-se a assistir a perda de qualidade das condições sociais da maioria dos brasileiros significa contribuir para que elas se agravem, dia a dia.

Cabe ao Governo tomar as decisões que podem compensar o empobrecimento dos assalariados e da classe média. O medo impede, porém, que ele decida de vez corrigir a tabela de descontos do Imposto de Renda da pessoa física, de forma que os ricos e os muito ricos não sejam beneficiados.

Em meio à dúvida, o certo por ora é que a Receita Federal abocanhará mais R\$4 bilhões da classe média, se a tabela não for corrigida!

Da mesma forma, o medo contumaz do Governo o faz claudicar quanto ao salário-mínimo. Vacila em autorizar um valor ao menos um pouco mais compatível com a insistente pregação que os petistas e seus aliados moviam contra os valores propostos pelo Governo do PSDB.

Apesar de ter sido uma de suas mais vistosas bandeiras eleitorais, até hoje, num atraso de dois anos, o Governo ainda fala em instituir um programa de recomposição gradual do mínimo e em criar – mais um – conselho para discutir o assunto!

A inépcia propriamente dita atinge mais duramente as ações sociais que poderiam minimizar as agruras dos mais pobres, enquanto se espera realizar a neo-profecia do crescimento com inclusão social e grandes superávits.

Infelizmente, no entanto, os fatos são outros! O Programa Fome Zero já entrou para o arquivo das idéias grandiloquentes e inexequíveis. O Primeiro Emprego também lhe equipara com seu saldo quase zero. E o Bolsa-Escola, que justificou até a criação de mais um ministério – o do Desenvolvimento Social –, substituiu por desvios recorrentes o que antes funcionava e necessitava apenas ter continuidade.

Tudo isso se dá por falta de domínio gerencial e operacional da máquina administrativa. E também por causa de uma mentalidade assistencialista aviltante que confunde o necessitado e o carente com o mendigo! E que troca a promoção humana pela esmola, ao deixar de exigir que a família beneficiada matricule seus filhos na escola e leve-os a vacinar – contrapartida que o beneficiado precisa dar, para sua própria dignidade e valorização cidadãs.

Ainda no rol das perdas sociais, registre-se que os bem-sucedidos programas de remédios de baixo custo fornecidos pelo SUS, dos médicos de família e dos agentes de saúde deram lugar aos medicamentos mais caros da tal “farmácia popular”.

Esta rende menores benefícios para os pacientes, porém, maior marketing para o Governo e mais dinheiro para as agências de propaganda!

Da mesma forma, os planos de saúde, além de terem encarecido, estão deixando de cobrir diversos tratamentos e vão quebrando, com graves prejuízos para milhões de usuários.

Sorte do Governo que os brasileiros sejam coletivamente compreensivos e pacientes ante os obstáculos econômicos e sociais. Mas triste a sorte de muitos que substituem a revolta inconsciente pela agressão individual e pelo crime, e que se tornam algozes tão infelizes quanto o próximo a quem vitimam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é verdade que o Governo vem obtendo êxito na política macroeconômica monetária e fiscal e ensejando ambiente favorável à retomada da produção e ao crescimento do PIB.

Mas não temo dizer com todas as palavras e letras: apesar de o Governo afirmar o contrário e à parte a exacerbada elevação dos juros, esse único mérito efetivo do governo, até agora, é um êxito que deve ser compartilhado pelo PSDB e pelo PFL, PMDB e PP, que apoiaram nosso Governo entre 1995 e 2002!

O Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central e os demais dirigentes de suas equipes tiveram a clarividência de não reinventar a roda. Afastaram-se de qualquer risco de ilusão ideológica e partidária.

E perseguem os mesmos objetivos que miramos, da manutenção dos contratos, do controle da inflação, da política cambial conseqüente e da responsabilidade fiscal.

Como o PSDB e seus aliados, as autoridades da área econômico-financeira não poderiam abrir mão da política macroeconômica, sob pena de levarem o Brasil ao colapso.

Mas essa é uma conquista básica. Complementada pelo mérito do empresariado, que toca efetivamente a roda da economia, não é nem de longe toda a conquista possível!

A aplicação dos juros, por exemplo, deveria ser apenas um recurso de controle monetário, mas transformou-se em política econômica permanente.

Como demonstrou claramente a jornalista Miriam Leitão em sua coluna do último dia 7, no jornal **O Globo**, não há mais justificativa técnica para que os juros brasileiros continuem entre os mais altos do Mundo. Esse é um verdadeiro mistério que necessita ser desvendado, escreveu a jornalista.

Mesmo que o Governo guarde sob chave esse segredo, o fato é que, em cima de fundamentos monetários e fiscais positivos, não levanta o edifício de sua construção administrativa.

Pode empreendê-la à sua feição, mas não empreende, embora tenha à sua disposição um leque enorme e variado de meios e recursos.

Novamente estou falando de iniciativas diversas que pode tomar com recursos orçamentários e financiamentos diversos, bem como da paralisia dos programas sociais e do descaso em administrar com caráter social as tarifas dos serviços que afetam a classe média, os trabalhadores e as pessoas pobres.

Governar é também resistir a pressões. E quando um Governo não o faz e cede a qualquer sinal de contrariedade de poderosos, está na verdade entregando as camadas indefesas da sociedade à ganância!

O que se esperava de um Partido de trabalhadores era exatamente tal resistência. Porém, o que se nota a cada instante é o uma excessiva condescendência com os fortes. Daí, a crescente concentração de renda, a remessa nunca vista de ganhos para o Exterior em contraste com a queda do poder aquisitivo dos salários e com a redução dos investimentos diretos em nossa economia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou longe de ser um pessimista, alguém que torça pelo quanto pior melhor, ou que só preveja desastres ao longo e no final do túnel.

Porém, como integrante da Oposição, não posso aceitar calado que a propaganda oficial tente anestesiar a consciência nacional; que tente embarcar os congressistas e a opinião pública na ilusão de que o Brasil vai tão bem quanto se quer fazer crer, com base nos recentes indicadores da economia e do Ibope.

É dever nosso mostrar a realidade social oculta detrás do biombo da presente conjuntura econômica.

Claro que desejamos que o crescimento de hoje resulte na tão almejada meta do desenvolvimento auto-sustentado. Mas para que isso ocorra falta administrar melhor o País no dia-a-dia, gerenciar e executar bem todos os programas, sobretudo os sociais, além de implementar as reformas que estão por se fazer, como a trabalhista e a tributária e a regulamentação das agências regulatórias.

O PSDB e os Partidos oposicionistas acham-se credenciados a fazer tal cobrança. Fazemos e faremos sempre uma oposição responsável, conseqüente e construtiva, mesmo quando precisemos criticar mais duramente o Governo.

Ao contrário de nossos oposicionistas do passado, não pensamos apenas nos votos para o Partido na próxima eleição, mas, sim, nos interesses maiores do País e da sociedade brasileira. “A favor do Brasil”: eis a justa palavra de ordem do PSDB que sintetiza a nossa posição!

Não semeamos ventos da crítica radical, sectária e difamatória para colher tempestades de preconceitos e equívocos que desorientem e enganem a mente da população e a leve a votar em falsas esperanças.

Desafio que se comprove o que de substancial e efetivo melhorou, de 2003 até agora, na situação da classe média e dos menos favorecidos. E chego mesmo a desafiar que, daqui até 2006, o governo possa provar em que ela terá melhorado.

A continuar como está, a classe média ficará menos remediada; os trabalhadores e os pobres, mais pobres; e os carentes, em maior miséria.

Que o Governo do Partido dos Trabalhadores possa um dia realizar o contrário desse vaticínio! É o que a maioria do povo brasileiro espera!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira, dia 20, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 61, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 216, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 61, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 216, de 2004), que *dispõe sobre a criação do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA; altera as Leis nºs 10.550, de 13 de novembro de 2002, e 10.484, de 3 de julho de 2002; reestrutura os cargos efetivos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e reajusta as parcelas remuneratórias que lhe são devidas; institui a Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador **Sibá Machado**

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 62, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 217, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 62, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 217, de 2004), que *abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, para os fins que especifica. (R\$ 1.362.040.894,00).*

Relatora revisora: Senadora **Ideli Salvatti**

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 218, DE 2004
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 218, de 2004, que *autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos.*

Relator revisor: Senador **Marcelo Crivella**

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 63, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 219, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 63, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 219, de 2004), que *dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS não-cumulativas e dá outras providências.*

Relatora revisora: Senadora **Lúcia Vânia**

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 64, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 220, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 64, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 220, de 2004), que *dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, e 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.848, de 15 de março de 2004.*

Relator revisor: Senador **Osmar Dias**

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 65, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 221 de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 65, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 221, de 2004), que

dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador **Jonas Pinheiro**

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 66, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 222 de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 66, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 222, de 2004), que atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, autoriza a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido Ministério, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador **Romero Jucá**

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 67, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 223 de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 67, de 2004 (proveniente da

Medida Provisória nº 223, de 2004), que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, altera a Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador **Delcídio Amaral**

9

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 224, DE 2004
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 224, de 2004, que altera dispositivos da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar e os cargos que menciona, da Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo – GECTA, e da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que reestrutura a remuneração dos cargos das Carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social, Auditoria-Fiscal do Trabalho, altera o pró-labore, devido aos ocupantes dos cargos efetivos da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das Carreiras de Advogados da União, de Procuradores Federais, de Procuradores do Banco Central do Brasil, de Defensores Públicos da União e aos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 23 minutos.)

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 228**, ADOTADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2004, E PUBLICADA NO DIA 10 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "REGULAMENTA A PARTE FINAL DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado CARLOS EDUARDO CADOCA	009.
Deputado CUSTÓDIO MATTOS	005, 010.
Deputado EDUARDO VALVERDE	002, 006, 012, 013.
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA	003, 008, 011, 015, 016, 017, 018.
Deputado MARIO HERINGER	001, 014
Deputado ROBERTO FREIRE	004, 007.

~~SACM~~

TOTAL DE EMENDAS: 018

EMENDA N.º

MPV - 228

00001

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 228, de
2004**EMENDA ADITIVA****AUTOR: Deputado MARIO HERINGER**

Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição e dá outras providências.

"XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;"

Acrescente-se o artigo 5-A a Medida Provisória 228 de 2004, a seguinte redação:

Art. 5º-A A abertura dos arquivos dos mortos e desaparecidos a partir do regime militar de 1964, deverá ser franqueada ao acesso público.

JUSTIFICATIVA

É inquietante a notícia de que arquivos militares foram queimados na Base Aérea de Salvador. De acordo com reportagem do "Fantástico", da TV Globo, prontuários, fichas e relatórios produzidos por órgãos de informação das Forças Armadas foram incinerados. Parte do material escapou ao fogo. São papéis que datam de 1964 até 1994, já sob vigência do regime militar.

O episódio deveria servir para acelerar a abertura dos arquivos da ditadura militar (1964-1985) e anteriores que ainda permaneçam secretos. Se fichários foram queimados em Salvador, há razões para temer que muitos outros papéis estejam enfrentando o mesmo destino em vários outros pontos do país. **As perdas para a história podem ser irreparáveis.**

Devemos abrir os sigilos da ditadura militar, como forma de entender e compreender o processo histórico e, enfim, responder à sociedade (sem discriminação), que permanentemente tem buscado a verdade, para que possamos então viver no Estado Democrático de Direito, que tanto almejamos.

DATA_____
ASSINATURA PARLAMENTAR

MPV - 228**00002****EMENDA Nº**

MP 228/2004.
(Do. Sr. EDUARDO VALVERDE)

Adiciona ao Art. 3º da Medida Provisória nº228 de 09 de dezembro de 2004, o parágrafo único com a redação a seguir.

Emenda Aditiva.

Art.3º.....

Parágrafo Único – Não se aplica a classificação anterior nos casos de documentos públicos que contenham informações relacionadas à segurança pessoal, em períodos de regime de exceção.

JUSTIFICATIVA

Não se pode admitir que atos praticados por governos ilegítimos, em períodos de exceção, que afetaram a segurança de pessoas, cidadãos brasileiros ou de outros países, sejam classificados com de alto grau de sigilo, permanecendo fora do conhecimento público.

Sala das Comissões em,


EDUARDO VALVERDE
Deputado Federal

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 228

00003

data	proposição Medida Provisória nº 228/04
------	--

autor Deputado José Carlos Aleluia	Nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 4º da MP 228/2004 a seguinte redação:

“Art. 4º Fica instituída, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, com a finalidade de decidir pela aplicação da ressalva prevista na parte final do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição.

§ 1º A Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas é composta pelos seguintes membros:

- I - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que a coordenará;
- II - Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- III - Ministro de Estado da Justiça;
- IV - Ministro de Estado da Defesa;
- V - Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- VI - Advogado-Geral da União;
- VII - Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;
- VIII - Líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados, designados na forma regimental; e
- IX - Líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, designados na forma regimental.

§ 2º Para o exercício de suas atribuições, a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas poderá convocar técnicos e especialistas de áreas relacionadas com a informação contida em documento público classificado no mais alto grau de sigilo, para sobre ele prestarem esclarecimentos, desde que assinem termo de manutenção de sigilo.

§ 3º As decisões da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas serão aprovadas pela maioria absoluta de seus membros.

§ 4º A Casa Civil da Presidência da República expedirá normas complementares necessárias ao funcionamento da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas e assegurará o apoio técnico e administrativo indispensável ao seu funcionamento.

§ 5º Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e o Tribunal de Contas

da União estabelecerão normas próprias para a proteção das informações por eles produzidas, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem assim a possibilidade de seu acesso quando cessar a necessidade de manutenção desse sigilo, nos termos da parte final do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição.”

JUSTIFICATIVA

A necessidade de mudanças na legislação que prevê o sigilo dos documentos públicos, de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, tornou-se imprescindível com a divulgação de fotos de um homem que, polemicamente, seria o jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto no DOI-Codi – aparelho de repressão da ditadura - em 1975 .

A medida provisória sobre o acesso aos arquivos abre uma brecha para que estes permaneçam secretos por tempo indeterminado, caso a divulgação possa afrontar a segurança da sociedade e do Estado, fato que será decidido por uma Comissão coordenada pelo Ministro da Casa Civil e integrada pelos Ministros da Defesa, do Gabinete de Segurança Institucional, da Justiça, das Relações Exteriores e dos Direitos Humanos. Segundo Estefânia Viveiros, presidente da OAB/DF, “No momento que você pede o sigilo de determinado documento e tem um deferimento, aquele documento, até a próxima lei, fica eternamente inacessível”

O objetivo da presente emenda é permitir que a decisão da divulgação ou não dos documentos acima descritos não fique apenas ao sabor do poder discricionário do Executivo, exatamente pela complexidade e responsabilidade da decisão. Em um Estado democrático de direito, afigura-se imprescindível que o Poder Legislativo participe de tão importante deliberação.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 228
00004

data 16/12/2004	Proposição Medida Provisória nº 228/04
Autor Dep. Roberto Freire	nº do prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

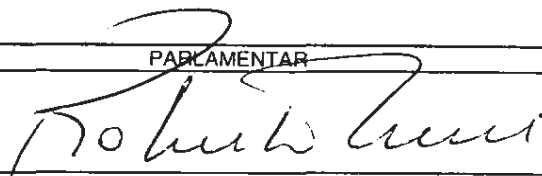
Acrescente-se ao Art. 4º o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais:

“§ 1º A comissão de que trata o *caput* será composta também por um Deputado Federal e um Senador, a serem designados pelas respectivas Casas.”

JUSTIFICATIVA

O texto da Medida Provisória 228 atribui à Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas a competência de decidir pelo grau de sigilo a que devem ser submetidos os documentos públicos referentes ao período da ditadura nacional. No entanto, sua composição, estabelecida pelo Decreto nº 5.301, de 9 de dezembro de 2004, conta com Ministros de Estado, o Advogado-Geral da União e o Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Entendemos que a imparcialidade no julgamento sobre “a segurança da sociedade e do Estado”, disposta no art. 2º da Medida Provisória deve ter por base uma composição equilibrada da Comissão, contando, no mínimo, com dois representantes da sociedade, quais sejam; um membro da Câmara dos Deputados e um Senador.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 228
00005

data	proposição Medida Provisória nº 228, 09 de janeiro de 2004
------	---

autor DEPUTADO CUSTÓDIO MATTOS	nº do prontuário 228
-----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página 01 de 02	Artigo 4.º	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 4º o seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único:

Art. 4º.....

§ 1º A Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas é composta pelos seguintes membros:

I – Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que a coordenará;

II – Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

III – Ministro de Estado da Justiça;

IV – Ministro de Estado da Defesa;

V- Ministro de Estado das Relações Exteriores;

VI – Advogado-Geral da União;

VII – Procurador –Geral da República

VIII - Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

IX– O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados;

X – O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados;

X – O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado Federal; e

XI – O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto nº 5.301 de 9 de dezembro de 2004 que regulamentou a MP 228/04, dispôs sobre a composição da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas. Verifica-se, porém, que foram designados apenas representantes do Poder Executivo, o que, a meu ver, não se revela democrático e transparente. Para desempenhar as atribuições que lhe serão confiadas, a Comissão deve contar com membros que representem outros poderes.

Por essa razão, entendemos que a composição da Comissão deve contar com membros do Ministério Público, fiscal da lei, e do Poder Legislativo, representantes do povo.

PARLAMENTAR



" 9 5

MPV - 228**00006****EMENDA Nº**

MP 228/2004.
(Do. Sr. EDUARDO VALVERDE)

Adiciona o Parágrafo 2º ao Art. 4º,
da Medida Provisória nº228 de 9
de dezembro de 2004.

Emenda Aditiva.

Adicionar o Parágrafo 2º ao Art. 4º , da Medida Provisória nº 228 de 9 de dezembro de 2004, com a redação que segue:

§2º - Para a análise dos documentos originados durante o período de exceção vivido pelo Brasil, durante os anos de 1964 a 1989, será instituída Comissão Especial de Averiguação e Análise de Informações, formada paritariamente por representantes do poder Executivo Federal, pelo Congresso Nacional e representantes da Sociedade Civil.

JUSTIFICATIVA

Não se pode admitir que atos praticados por governos ilegítimos, em períodos de exceção, que afetaram de forma tão dramática a vida da população brasileira e especialmente aqueles vinculados a morte ou desaparecimento de pessoas, sejam tratados da mesma maneira que documentos sigilosos surgidos em períodos de governos democráticos.

Tendo os documentos deste período características especiais, por corresponderem a atos unilaterais e de consequências trágicas para a população brasileira, considero que os mesmos devem ser tratados por Comissão a ser criada exclusivamente para este objetivo.

Sala das Comissões em,


EDUARDO VALVERDE
Deputado Federal

MPV - 228

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/12/2004	Proposição Medida Provisória nº 228/04
--------------------	---

Autor Dep. Roberto Freire	nº do prontuário
------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

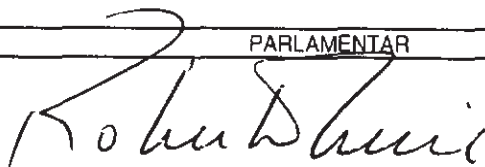
Acrescente-se ao Art. 4º o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais:

“§2º As reuniões realizadas pela Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas serão abertas ao público e os resultados de suas deliberações deverão ser publicados no Diário Oficial da União.”

JUSTIFICATIVA

A fim de assegurar a idoneidade e transparência das deliberações da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, propomos que as reuniões sejam acessíveis ao público, bem como seus resultados.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 228
00008

data	proposição Medida Provisória nº 228/04
autor Deputado José Carlos Aleluia	Nº do prontuário

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 5º	Parágrafo 1º e 3º	Inciso II	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se:

I - A expressão “, podendo, todavia, a autoridade competente para dispor sobre a matéria provocar, de modo justificado, a manifestação da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas para que avalie, antes de ser autorizado qualquer acesso ao documento, se ele, uma vez acessado, não afrontará a segurança da sociedade e do Estado, na forma da ressalva prevista na parte final do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição”, constante do § 1º do art. 5º da PEC 228/04.

II - O inciso II do § 3º do art. 5º da PEC 228/04.

JUSTIFICATIVA

Em outubro, através da divulgação de fotos que aparentavam ser do jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto no DOI-Codi – aparelho de repressão da ditadura - em 1975, aumentaram as pressões para que o governo resolvesse a situação dos documentos considerados sigilosos.

A MP prevê que, mesmo depois de vencido o prazo de sigilo do documento, a Comissão poderá manter o segredo, se a divulgação afrontar a segurança da sociedade e do Estado, ou seja, acaba mantendo o sigilo dos papéis por tempo indeterminado.

O objetivo, então, da presente emenda é assegurar que nenhum documento oficial deste país permaneça em sigilo eterno.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 228
00009

Data 14 / 12 / 04	Proposição Medida Provisória nº 228 / 2004
----------------------	---

Autor Deputado Carlos Eduardo Cadoca	Nº Prontuário
---	---------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. X Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	--	-------------------	-------------------------------------	---

Página	Artigo 5º	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004, a seguinte redação:

Art. 5º

§ 1º Vencido o prazo ou sua prorrogação de que trata o **caput**, os documentos classificados no mais alto grau de sigilo tornar-se-ão de acesso público.

§ 2º

§ 3º Na hipótese a que se refere o 2º, a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas decidirá pela:

.....

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa tão somente evitar prorrogações indefinidas dos prazos de sigilo, estabelecidas pelo art. 7º do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Na exposição de motivos dessa Medida Provisória, consta a discordância do atual Governo em relação ao referido ato adotado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso: "4. Em 2002, o governo anterior ampliou por decreto os prazos, bem como permitiu que a autoridade competente para classificar pudesse prorrogar indefinidamente os prazos de sigilo, de moto próprio e sem justificativa".

Em se mantendo a redação dada pelo parágrafo 1º do art. 5º da MP 228 de 2004 temos que, pela expressão "... podendo, todavia, a autoridade competente (...) provocar (...) a manifestação (...) para que avalie, antes de ser autorizado qualquer acesso ao documento, se ele, uma vez acessado, não afrontará ...", o objetivo da abertura dos documentos não será alcançado, tendo em vista que, após transcorrerem os prazos determinados pelo § 2º do art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (que permite a prorrogação dos prazos por uma única vez), a autoridade competente poderá considerar que as informações afrontam a segurança da sociedade e do Estado e daí, determinar a manutenção do sigilo.

Diante do exposto e para que de fato, a prorrogação dos prazos ocorra somente uma vez, julgo necessária a modificação ora proposta.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 228
00010

data	proposição Medida Provisória nº 228, 09 de janeiro de 2004
------	--

autor DEPUTADO CUSTÓDIO MATTOS	nº do prontuário 228
--	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página 01 de 01	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
-----------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao § 2º do art. 5º a seguinte redação:

Art. 5º.....

§ 2º *Qualquer pessoa poderá provocar, justificadamente, no momento que lhe convier, a manifestação da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas para que reveja a decisão de ressalva a acesso de documento público classificado no mais alto grau de sigilo, por aplicação do disposto na parte final do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição.*

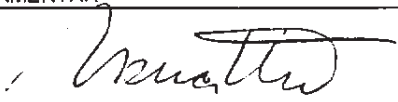
JUSTIFICAÇÃO

O texto atual do dispositivo prevê que o requerente que desejar que a Comissão de Análise e Averiguação reveja a decisão de ressalva a acesso de documento público deve "demonstrar possuir efetivo interesse".

Este pré-requisito pode restringir muito a iniciativa, caso a pessoa tenha muito interesse, mas não tenha como comprová-lo como quer o Decreto nº 5.301, regulamentador da MP 228, no seu art. 5º § 3º.

Nem sempre é possível comprovar. Substituir a exigência pela expressão "justificadamente" permitirá que o interessado exponha à Comissão as razões que julgar oportunas.

PARLAMENTAR



MPV - 228

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00011

data	proposição Medida Provisória nº 228/04
autor Deputado José Carlos Aleluia	Nº do prontuário

<input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 5º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se o seguinte art. 5º à PEC 228/2004 renumerando-se os demais:

Art. 5º O art. 2º da Lei 8.041 de 5 de junho de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 2º.....

.....
III – participar das deliberações da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, instituída no âmbito da Casa Civil.”

JUSTIFICATIVA


A Medida Provisória 228/2004, que dispõe sobre o acesso aos arquivos públicos de interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, abre uma brecha para que estes permaneçam secretos por tempo indeterminado, caso a divulgação possa afrontar a segurança da sociedade e do Estado, fato que será decidido por uma Comissão coordenada pelo Ministro da Casa Civil e integrada pelos Ministros da Defesa, do Gabinete de Segurança Institucional, da Justiça, das Relações Exteriores e dos Direitos Humanos.

A presente emenda tem por objetivo inserir na competência do Conselho da República a participação na Comissão acima mencionada para que haja mais racionalidade e maior segurança nas decisões que determinam o sigilo permanente dos arquivos.

A intenção é aproveitar a sabedoria das pessoas que representam a sociedade civil e as instituições brasileiras, e não só os membros do Poder Executivo, para que sejam respeitadas a cidadania e a dignidade de pessoa humana, fundamentos da República.

Desta forma, consolida-se e fortalece-se a democracia.

PARLAMENTAR



EMENDA Nº**MPV - 228
00012****MP 228/2004.****(Do. Sr. EDUARDO VALVERDE)**

Adiciona ao §4º do Art. 5º, da Medida Provisória nº228 de 9 de dezembro de 2004, o Inciso I, com a redação que segue.

Emenda Aditiva.

Adicionar ao §4º do Art. 5º, da Medida Provisória nº 228 de 9 de dezembro de 2004, o Inciso I, com a redação que segue:

§4º.....

I – Em se tratando de caso de morto ou pessoa ausente, o seu cônjuge, os ascendentes ou descendentes terão acesso aos documentos no prazo de 1 mês a partir da vigência desta Medida Provisória.

JUSTIFICATIVA

Não se pode admitir que atos praticados por governos ilegítimos, em períodos de exceção, que afetaram de forma tão dramática a vida da população brasileira e especialmente aqueles vinculados a morte ou desaparecimento de pessoas, continuem sendo encobertos por razões de segurança nacional.

Sendo assim, considero que os documentos referentes a atos praticados pelos regimes de exceção que vigoraram no País de 1964 a 1989, que originaram morte ou desaparecimento de cidadãos brasileiros ou de outras nacionalidades, em território nacional ou no exterior, devem ser dados ao conhecimento dos familiares, liberando os governos democráticos posteriores da pesada carga da violação dos direitos humanos.

Sala das Comissões em,


EDUARDO VALVERDE
Deputado Federal

MPV - 228**EMENDA Nº****00013****MP 228/2004.****(Do. Sr. EDUARDO VALVERDE)**

Adiciona ao §4º do Art. 5º, da Medida Provisória nº228 de 9 de dezembro de 2004, o Inciso I, com a redação que segue.

Emenda Aditiva.

Adicionar ao §4º do Art. 5º, da Medida Provisória nº 228 de 9 de dezembro de 2004, o Inciso I, com a redação que segue:

§4º.....

I – Em se tratando de caso de morto ou pessoa ausente, o seu cônjuge, os ascendentes ou descendentes terão acesso aos documentos no prazo máximo de 5 anos a partir da vigência desta Medida Provisória.

JUSTIFICATIVA

Não se pode admitir que atos praticados por governos ilegítimos, em períodos de exceção, que afetaram de forma tão dramática a vida da população brasileira e especialmente aqueles vinculados a morte ou desaparecimento de pessoas, continuem sendo encobertos por razões de segurança nacional.

Sendo assim, considero que os documentos referentes a atos praticados pelos regimes de exceção que vigoraram no País de 1964 a 1989, que originaram morte ou desaparecimento de cidadãos brasileiros ou de outras nacionalidades, em território nacional ou no exterior, devem ser dados ao conhecimento dos familiares, liberando os governos democráticos posteriores da pesada carga da violação dos direitos humanos.

Sala das Comissões em,

EDUARDO VALVERDE

Deputado Federal

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 228, de
2004

EMENDA N.º

MPV - 228

00014

EMENDA ADITIVA

AUTOR: Deputado MARIO HERINGER

Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição e dá outras providências.

“XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;”

Acrescente-se o artigo 5-A da Medida Provisória 228 de 2004, com a seguinte redação:

Art. 5 – A Revoga-se o Decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa adequar o processo legal disposto no Decreto 5.301, de 9 de dezembro de 2004.

Sua aprovação se impõe como saneadora e salutar, eis que a manutenção de tal texto prejudica, e muito, os reais objetivos da medida emergencial proposta.

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 228
00015

data	proposição Medida Provisória nº 228/04
------	---

autor Deputado José Carlos Aleluia	Nº do prontuário
---------------------------------------	------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 228, de 2004, o seguinte artigo:

Art. . O acesso a documentos classificados como sigilosos obedecerá ao disposto em legislação específica, podendo, no entanto, subsidiar informação parcial, sempre que possível expurgar as partes relativas à matéria sigilosa.

Parágrafo único. Não poderá ser classificada como sigilosa qualquer informação necessária a subsidiar investigação de violações graves a direitos fundamentais ou de crimes contra a humanidade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo melhorar o texto da MP 228/2004, inspirada no Projeto de Lei nº219/2003, de autoria do Dep. Reginaldo Lopes que cuida da matéria de maneira mais detalhada, resguardando de forma ampla os direitos fundamentais.

PARLAMENTAR


--

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 228
00016

data	proposição Medida Provisória nº 228/04
------	---

autor Deputado José Carlos Aleluia	Nº do prontuário
---------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se, onde couber na Medida Provisória nº 228, de 2004, o seguinte artigo:

"Art. Será gratuita a concessão de vista a documento, cobrando-se do interessado, nas demais formas de prestação de informação, exclusivamente o valor necessário para ressarcir o custo dos serviços e materiais utilizados, segundo tabela previamente fixada pela Administração.

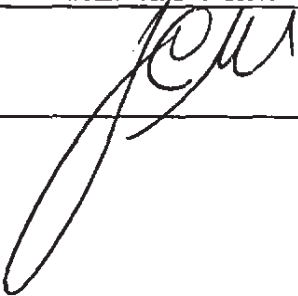
§ 1º Estarão isentos de ressarcir os custos de que trata este artigo os que comprovarem incapacidade financeira para tal.

§ 2º A Administração tem o dever de proceder às buscas e pesquisas necessárias à geração da informação, incumbência que não poderá ser transferida aos interessados."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo melhorar o texto da MP 228/2004, inspirada no Projeto de Lei nº219/2003, de autoria do Dep. Reginaldo Lopes que cuida da matéria de maneira mais detalhada, resguardando de forma ampla os direitos fundamentais.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 228
00017

data	proposição Medida Provisória nº 228/04
------	--

autor Deputado José Carlos Aleluia	Nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber na Medida Provisória nº 228, de 2004, o seguinte artigo:

"Art. Será gratuita a concessão de vista a documento, cobrando-se do interessado, nas demais formas de prestação de informação, exclusivamente o valor necessário para ressarcir o custo dos serviços e materiais utilizados, segundo tabela previamente fixada pela Administração.

§ 1º Estarão isentos de ressarcir os custos de que trata este artigo os que comprovarem incapacidade financeira para tal.

§ 2º A Administração tem o dever de proceder às buscas e pesquisas necessárias à geração da informação, incumbência que não poderá ser transferida aos interessados."

.....
Art. As informações serão prestadas no prazo máximo de quinze dias úteis, ressalvado o disposto no art. 16, a contar da data do registro do respectivo pedido, sob pena de responsabilidade da autoridade ou do servidor competente.

.....
Art. Durante o prazo de que trata o artigo anterior, a administração do órgão requerido poderá, conforme o caso:

I – informar ao interessado, justificadamente, da impossibilidade de atendimento do pedido no prazo normal, fixando novo termo, que não poderá ser superior a 45 dias, a contar do registro inicial;

II – informar, motivadamente, o indeferimento parcial ou total do pedido;

III – esclarecer ao interessado que a informação solicitada não é atribuição do órgão, indicando, se possível, quem poderá disponibilizá-la.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo melhorar o texto da MP 228/2004, inspirada no Projeto de Lei nº219/2003, de autoria do Dep. Reginaldo Lopes que cuida da matéria de maneira mais detalhada, resguardando de forma ampla os direitos fundamentais.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 228
00018

data	proposição Medida Provisória nº 228/04			
autor Deputado José Carlos Aleluia	Nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Incluem-se, onde couber na Medida Provisória nº 228, de 2004, os seguintes artigos:

I – documentos administrativos: os documentos escritos, sonoros ou visuais, armazenados eletronicamente ou por qualquer outro meio, elaborados pela Administração Pública, ou legalmente mantidos em seu poder, constantes ou não de processos devidamente autuados, tais como relatórios, estudos, pareceres, documentos normativos, despachos, instruções e assemelhados;

II – informações nominativas: as constantes de documentos, administrativos ou não, que contenham dados pessoais.

§ 1º. Consideram-se dados pessoais as informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que envolvam apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada.

§ 2º Não se consideram documentos administrativos as transcrições de assuntos tratados em reuniões, notas pessoais, esboços, apontamentos e outros registros de natureza semelhante.

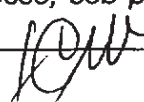
.....
Art. O acesso a documentos cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas, é restrito à própria empresa, através de seu representante legal, devidamente identificado como tal.

.....
Art. O acesso aos documentos nominativos ou a informações deles constantes será facultado à pessoa a quem os dados digam respeito, bem como a terceiros por ela formalmente autorizados para tal.

§ 1º Os documentos de que trata o caput deste artigo poderão ser acessados por terceiros que comprovem legitimidade para agir na salvaguarda dos interesses da pessoa a que os documentos se refiram, quando incapaz de conceder autorização para tal.

§ 2º Poderão, ainda, ter acesso às informações de que trata este artigo terceiros que comprovem deter interesse direto, pessoal e legítimo relativo a tais informações.

§ 3º Os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinaram o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais.



.....

Art. É vedada a utilização de informações passíveis de causar violação de direitos autorais e de direitos de propriedade industrial, assim como a reprodução, difusão e utilização desses documentos ou das informações neles contidas, quando tais procedimentos possam redundar em prática de concorrência desleal.

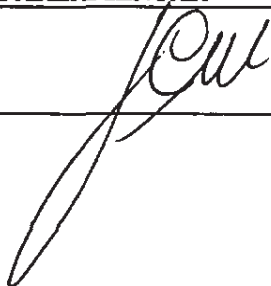
.....

Art. O interessado não é obrigado a aduzir razões no requerimento de informações, salvo a comprovação de legitimidade, quando se tratar dos casos de terceiros formalmente autorizados pelo interessado.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo melhorar o texto da MP 228/2004, inspirada no Projeto de Lei nº219/2003, de autoria do Dep. Reginaldo Lopes que cuida da matéria de maneira mais detalhada, resguardando de forma ampla os direitos fundamentais.

PARLAMENTAR

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a senator, is written over the 'PARLAMENTAR' section. The signature is fluid and cursive, with a long, sweeping tail that extends downwards.

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2054 , de 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 017611/04-0,

*RESOLVE, fundamentado na **Decisão que deferiu a liminar para que a União Federal efetue o pagamento da pensão vitalícia**, nos autos de n.º 2003.34.00.020455-6, pelo Juiz Federal Substituto da 20ª Vara Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Marcio Luiz Coelho de Freitas, e de acordo com os arts. 215, 217, inciso I, alínea “c”, e 219 e seu parágrafo único, todos da Lei 8.112/90, conceder pensão vitalícia a ERNANI EDUARDO PACHECO HENNING, na condição de companheiro, no percentual de 100% (cem por cento), da remuneração que percebia a ex-servidora ALICE MARIA RODRIGUES AGUIAR, matrícula 126620, a partir de 28/09/2004, data do cancelamento por maioria da última pensionista habilitada.*

Senado Federal, 16 de dezembro de 2004.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2055, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018413/04-8**,

RESOLVE exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS ALBERTO LEAL**, matrícula n.º 162350, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante, a partir de 01 de janeiro de 2005.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2056, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018311/04-0**,

RESOLVE exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA REGINA MORELLI PIZANI**, matrícula n.º 162581, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 31 de Dezembro de 2004.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2057 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018235/04-2**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NAJOSENO LIMONTA SOARES LIMA**, matrícula n.º 179635, do cargo, em comissão, de Assisntente Parlamentar, AP-5 do Gabinete do Senador Tião Viana, a partir de 13 de Dezembro de 2004.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2058 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018415/04-0**,

RESOLVE exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS ALBERTO GADELHA**, matrícula n.º 175745, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante, a partir de 01 de janeiro de 2005.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2059 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018414/04-4**,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANTONIO CARLOS BONAITE**, matrícula n.º 173153, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante, a partir de 01 de janeiro de 2005.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2060 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015398/04-8**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1923, de 11 de novembro de 2004, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3117, de 12/11/2004, que nomeou **MARCELO CRISTIANO DE LEMOS COUTINHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2061 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018236/04-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA JOSÉ FERREIRA DO NASCIMENTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2062 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018506/04-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCO ANTONIO SALVIATO FERNANDES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho	PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- César Borges	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PT	- Roberto Saturnino	PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	- Sérgio Cabral	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza	PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	- Ildon Marques	S/Partido	- Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio	PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB	- Duciomar Costa	PFL	- Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	- Sérgio Guerra	PFL	- Gilberto Miranda
SÃO PAULO		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy	PDT	- Jefferson Peres
PT	- Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	- Romeu Tuma	PSDB	- Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas	PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	- Hélio Costa	PT	- Tião Viana
GOIÁS		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Maguito Vilela	PT	- Sibá Machado
PFL	- Demósthenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	- Lúcia Vânia	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros	PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT	- Serys Slhessarenko	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	- Cristovam Buarque
PMDB	- Pedro Simon	PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB	- Sérgio Zambiasi	PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Luiz Pontes	PMDB	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	- Tasso Jereissati	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna	PMDB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	- José Maranhão	PMDB	- Mário Calixto
ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata	RORAIMA	
PL	- Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/3489/3491 Fax: 1095
------------------	------------------------------------	---

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	Ramal: 3623 Fax: 3606
-----------------	---------------------------	--

Secretários:	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calháo Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	Ramal: 3508 Ramal: 3514 Ramal: 3511 Ramal: 4854
---------------------	--	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	Ramal: 3507 Fax: 3512
-----------------	-------------------------	--

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	Ramal: 3520 Ramal: 3503
---------------------	---	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	Ramal: 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

Secretários:	CAE – Luiz Gonzaga da Silva Filho	Ramal: 4605
	CAS – José Roberto Assumpção	Ramal: 4608
	CCJ – Gildete Leite de Melo	Ramal: 3972
	CE – Júlio Ricardo Borges Linhares	Ramal: 4604
	CFC – José Francisco B. de Carvalho	Ramal: 3935
	CI – Celso Antony Parente	Ramal: 4354
	CRE – Maria Lúcia Ferreira de Mello	Ramal: 4777
	CLP – Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	Ramal: 1856

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁸			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. (Vago) ¹²		
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ⁹	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato -- art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 15.12.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) Telefones: 311 4561 e 311 5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhy'ino (PDT-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 15.12.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 106 PÁGINAS